



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

KETE COSTA CORREA

**ILHA DA FORTALEZA EM SÃO JOÃO DE PIRABAS-PA: história e patrimônio
ambiental.**

ANANINDEUA

2026

KETE COSTA CORRÊA

ILHA DA FORTALEZA EM SÃO JOÃO DE PIRABAS-PA: história e patrimônio ambiental.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Dr. Wesley Oliveira Kettle

ANANINDEUA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C824i Corrêa, Kete Costa.
ILHA DA FORTALEZA EM SÃO JOÃO DE PIRABAS-PA :
história e patrimônio ambiental. / Kete Costa Corrêa. — 2026.
88 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, Curso de História,
Ananindeua, 2026.

1. Ilha da Fortaleza. 2. Patrimônio Ambiental. 3. Políticas
Públicas. 4. Ensino de História. 5. São João de Pirabas. I.
Título.

CDD 981.15

KETE COSTA CORRÊA

ILHA DA FORTALEZA EM SÃO JOÃO DE PIRABAS-PA: história e patrimônio ambiental.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em História.

Data da aprovação: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle
Orientador/ UFPA

Profa. Me. Victória Emi Murami Vidigal
Membro da Banca/UFPA

Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva
Membro da Banca/UFPA

Para meu pai, Beguim da Costa Corrêa, *in memoriam*. A ele, que mesmo com pouco estudo, me ensinou a importância da educação e me incentivou a persistir no sonho da universidade. Sua sabedoria e luta incansável pela nossa educação foram o maior exemplo para a minha formação como pessoa e estudante.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a orientação do Professor e Dr. Wesley Kettle, ministrante da disciplina História Ambiental, que foi de suma importância para despertar o interesse pela temática do artigo. Como orientador, foi um excelente profissional em me direcionar para a efetivação de todo o processo de construção desse trabalho e me proporcionar melhor clareza nas ideias. Apesar dos impasses ao longo dessa jornada, teve paciência e jamais desistiu de ser norte.

Agradeço as amigas e colegas de curso, Ana Paula Barros e Karina Dias, que ao longo dessa trajetória mantiveram a positividade, me dando sempre apoio emocional e, nas horas vagas, sendo minhas “psicólogas sem diplomas”. Elas foram fundamentais para eu persistir no curso de História, foram um suporte psicológico para a finalização do presente trabalho.

Agradeço também a minha irmã Kelle da Silva, que me ajudou com seus conselhos de irmã e me mostrou que eu não poderia desistir depois de ter “nadado, nadado e depois morrer na beira da praia”.

Agradeço a minha mãe, Maria Isabel Corrêa, e meu pai, Beguim Corrêa (*in memoriam*), que me incentivaram a seguir com meus estudos, mesmo quando o cansaço mental e físico, e a necessidade de conciliar trabalho e faculdade, me fizeram cogitar em abandonar. Como apoio sempre usaram a seguinte frase: “A única coisa que ninguém pode roubar da gente nessa vida é o conhecimento”. Sou imensamente grata pela presença deles em minha vida.

Agradeço às pessoas entrevistadas, que contribuíram para a compreensão da interação entre as pessoas e o uso dos recursos naturais e ambientais da Ilha da Fortaleza e sua preservação para as futuras gerações!

“O patrimônio natural não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada... Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz”.

— Scifoni (2008, p. 10)

RESUMO

Este trabalho analisa a situação do patrimônio ambiental e cultural na Ilha da Fortaleza, em São João de Pirabas, Pará. O estudo investiga a percepção de moradores e frequentadores locais sobre as políticas públicas de conservação, buscando confrontar o arcabouço legal existente com a realidade de uso e ocupação do espaço. O objetivo é aprofundar a compreensão do paradoxo entre o reconhecimento da ilha como um valioso sítio geológico e paleontológico e a sua crescente degradação. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, combinando o levantamento bibliográfico e documental por meio de entrevistas semiestruturadas. Este método permitiu dar voz a um grupo que, muitas vezes, é excluído dos debates sobre a gestão de seus próprios recursos. Os resultados demonstram que a comunidade percebe uma grande lacuna entre a legislação e sua aplicação prática, evidenciada pela ineficácia da fiscalização, pela proliferação de construções desordenadas e pelo descarte de lixo. Conclui-se que a preservação da ilha exige uma mudança de paradigma, focada não apenas na criação de novas leis, mas na efetivação das já existentes, por meio de uma gestão participativa que valorize a memória e o saber da população local, integrando ativamente o Ensino de História e a Educação Ambiental para a conscientização e apropriação do patrimônio.

Palavras-chave: Ilha da Fortaleza. Patrimônio Ambiental. Políticas Públicas. Ensino de História. São João de Pirabas.

ABSTRACT

This study analyzes the status of environmental and cultural heritage on Fortaleza Island, located in São João de Pirabas, Pará. The research investigates the perceptions of local residents and visitors regarding public conservation policies, aiming to contrast the existing legal framework with the actual use and occupation of the space. The objective is to deepen the understanding of the paradox between the island's recognition as a valuable geological and paleontological site and its increasing degradation. The methodology adopted was qualitative research, combining bibliographic and documentary surveys with semi-structured interviews. This approach provided a platform for a group that is often excluded from debates concerning the management of their own resources. The results demonstrate that the community perceives a significant gap between legislation and its practical application, evidenced by ineffective oversight, the proliferation of unregulated construction, and improper waste disposal. The study concludes that preserving the island requires a paradigm shift focused not only on creating new laws but on enforcing existing ones through participatory management. Such management must value the memory and knowledge of the local population, actively integrating History Teaching and Environmental Education to foster awareness and the appropriation of heritage.

Keywords: Fortaleza Island. Environmental Heritage. Public Policies. Environmental Heritage. São João de Pirabas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização de São João de Pirabas, Pará.	pág. 11
Figura 2 - Mapa de localização da Praia da Fortaleza, São João de Pirabas, Pará.	pág. 12
Figura 3 - Incrementos de desmatamento na Amazônia Legal por Estados.	pág. 15
Figura 4 – Mapa de Localização do Sítio Paleontológico Ilha de Fortaleza.	pág. 28
Figura 5 – Localidade Ponta do Castelo na ilha da Fortaleza.	pág. 28
Figura 6 – Vista panorâmica do Monumental do Rei Sabá.	pág. 29
Figura 7 – Imagens do Monumental Místico do Rei Sabá em 2021.	pág. 30
Figura 8 – Monumental rochoso Rei Sabá em 2021 alinhado com desenho.	pág. 30
Figura 9 – Percepção dos entrevistados sobre os principais impactos amb. na Ilha	pág. 33
Figura 10 – Frequência de sugestões de políticas de conservação prioritárias	pág. 34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PATRIMÔNIO, AMAZÔNIA E CONSERVAÇÃO NA ILHA DA FORTALEZA.....	14
2.1 Desmatamento e degradação ambiental na Amazônia.....	14
2.2 Patrimônio Natural e Patrimônio Ambiental.....	16
2.3 Políticas públicas de conservação e preservação ambiental	19
2.4 Comunidades tradicionais e a relação com o meio ambiente	21
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	23
3.2 Ferramentas de pesquisa	24
3.3 Análise de dados.....	25
4 A ILHA DA FORTALEZA.....	25
4.1 Caracterização da Ilha da Fortaleza e do município de São João de Pirabas	26
4.2 Percepção da população sobre o uso e os impactos ambientais na Ilha	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	42
PERCEPÇÕES SOBRE A ILHA DA FORTALEZA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO – SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA.....	42
APÊNDICE B – Entrevistas	45
APÊNDICE C – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido	82

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o Pará apresenta as maiores taxas de desmatamento na Amazônia Legal. De acordo com os dados disponíveis na Plataforma TerraBrasilis, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Estado lidera o ranking com uma porcentagem de 34,68%, 102 vezes a mais do que o último colocado, o Amapá. Em 2021, por exemplo, atingiu aproximadamente 5.257 km² de desmatamento (INPE, 2024). Apesar do Governo Federal ter anunciado uma queda nessa taxa em 2023 (Brasil, 2024), estudos apontam um aumento significativo na degradação florestal. Segundo o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Instituto de Pesquisa Imazon, que monitora a área por imagens de satélite, em 2024, mais de cem mil campos de futebol foram perdidos por dia (Imazon, 2025).

Diante da crescente onda de destruição vivenciada pela Floresta Amazônica brasileira nos últimos anos, em especial no Pará, e das crescentes ondas de calor que têm tomado de conta do cenário global (Lanfredi, 2018), levanta-se a discussão sobre o patrimônio ambiental como meio de se preservar e conservar o meio ambiente. Nesse contexto, a humanidade depende dos recursos naturais para sobreviver, mas o uso desenfreado e desordenado desses bens tem acarretado sérios danos ao bioma de determinadas regiões da Floresta Amazônica.

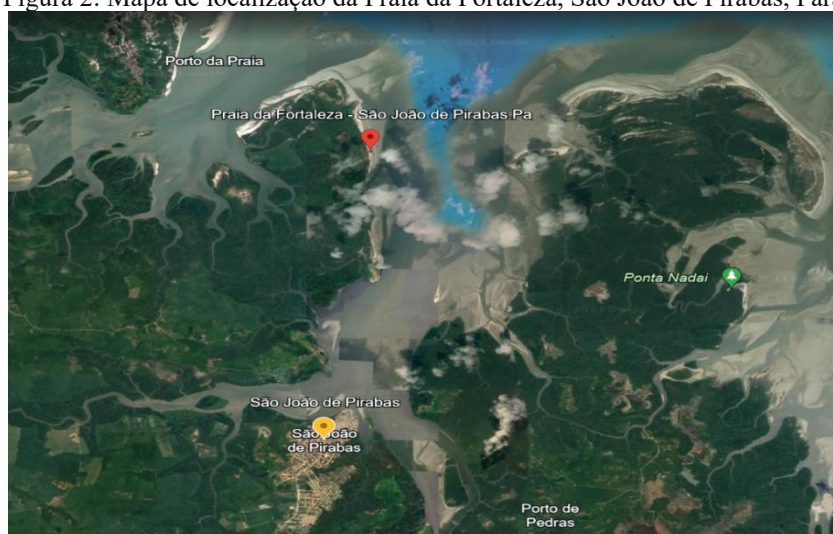
A Ilha da Fortaleza, pertencente à Microrregião do Salgado, no nordeste paraense, é um exemplo claro desse processo. Explorada como um dos principais pontos turísticos de São João de Pirabas (Pará, 2025), a Ilha comporta a Praia do Castelo, popularizada como uma das três moradas de uma entidade cultuada nas religiões afro-indígenas, o Rei Sebastião (Veras, 2021). As Figuras 1 e 2 trazem os mapas com a localização do município e da Ilha, respectivamente.

FIGURA 1: Mapa de localização de São João de Pirabas, Pará.



Fonte: Weather Forecast (2025)

Figura 2: Mapa de localização da Praia da Fortaleza, São João de Pirabas, Pará.



Fonte: Google Earth (2025)

Anualmente, no dia 20 de janeiro, o Festival Afrorreligioso Rei Sabá, evento de abertura do calendário cultural da cidade, reúne centenas de pessoas no local, ampliando a procura por estadia. Como resultado dessa demanda, observa-se o aumento de construções de ranchos – casas rústicas, construídas normalmente com madeiras retiradas do mangue e cobertas com palha, podendo ainda ser construídas com tábuas e telhas de barro ou de amianto, adquiridas no comércio, tanto para fins turísticos quanto habitacionais. Esse fator tem contribuído consideravelmente para a modificação da paisagem e do meio ambiente da região.

Mesmo com a crescente atenção sobre o desmatamento na Amazônia, estudos que tratam da efetividade das políticas públicas de conservação em contextos insulares específicos, onde a interação entre o uso turístico, a ocupação para moradia e a riqueza cultural é tão acentuada quanto na Ilha da Fortaleza, ainda são escassos na literatura. Daí a importância de se tratar a questão a partir de um viés científico.

A Ilha apresenta um paradoxo notável: embora seja reconhecida por seu valor científico e cultural como Sítio Paleontológico e de Geodiversidade, e mesmo com a existência de leis de tombamento municipal (Lei nº 913/2009), o local padece de crescente degradação, marcada pela expansão desordenada de construções e pela ausência de fiscalização efetiva. Este cenário levanta a questão sobre a insuficiência de políticas públicas meramente coercitivas, apontando para a urgência de uma abordagem que mobilize a Educação Ambiental e o Ensino de História como pilares da conservação (Carvalho, 2021). A fragilidade da aplicação legal sugere que a proteção do patrimônio só é efetiva quando internalizada pela comunidade, o que demanda o envolvimento da escola na valorização da memória e do território.

Diante dessa problemática, este artigo tem como objetivo geral analisar como os moradores ou pessoas que utilizam ou utilizaram o espaço da Ilha da Fortaleza como local de repouso ou de pescaria, veem as políticas públicas de conservação e preservação deste espaço natural. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem que abrange levantamento documental e bibliográfico e a coleta de dados por meio de entrevistas. A relevância do estudo reside na necessidade de conscientizar a população sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região. Ele também busca destacar a importância de se assegurar uma ocupação que proteja a diversidade biológica do entorno da Ilha da Fortaleza, conforme amparado pela Constituição Federal de 1988, além de identificar a relação da eficácia da legislação com uma Educação Ambiental e Histórica consolidada.

A expectativa é que os resultados da pesquisa contribuam para uma melhor compreensão dos desafios e das oportunidades na gestão ambiental de áreas costeiras amazônicas, em especial da Ilha da Fortaleza. E que possa, com isso, fornecer elementos que viabilizem o aprimoramento de políticas públicas mais acertadas para a realidade local e para a participação da comunidade. Este trabalho, portanto, busca enfatizar a urgência de políticas públicas que reconheçam e protejam a Ilha da Fortaleza como um patrimônio ambiental de São João de Pirabas, alinhando a legislação existente com a realidade local e a participação da comunidade. Ao se falar de Patrimônio Ambiental, entende-se que:

(...) todo esse legado patrimonial só poderá sobreviver se a necessidade de sua proteção for compreendida e assumida pela população. Isso equivale a adotar medidas de uso racional dos recursos naturais, em todos os espaços e não apenas nos protegidos. Por essa razão, os esforços para a conservação necessitam caminhar em direção a uma abordagem sistêmica, que comporte a diversidade natural em sua amplitude: espécies, comunidades, habitats e ecossistemas (Zanirato, 2010, p.142).

Logo, a principal medida é afiançar uma ocupação segura, que garanta a proteção da diversidade biológica do entorno da Ilha da Fortaleza como maneira de conservar o patrimônio natural. Diante disso, o artigo traz uma seção sobre Patrimônio, Amazônia e conservação na ilha da Fortaleza, contendo uma discussão mais aprofundada sobre questões como: desmatamento e degradação ambiental na Amazônia; Patrimônio Natural e Patrimônio Ambiental; Políticas Públicas de Conservação e Preservação Ambiental; comunidades tradicionais e a relação com o meio ambiente. A seção seguinte aponta os Aspectos metodológicos, detalhando a forma como a pesquisa foi desenvolvida. Já a seção A Ilha da Fortaleza: contexto local e percepções sobre as políticas públicas, apresenta a análise das entrevistas realizadas; enquanto as Considerações Finais sintetizam os principais resultados obtidos.

2 PATRIMÔNIO, AMAZÔNIA E CONSERVAÇÃO NA ILHA DA FORTALEZA

A seção traz o arcabouço teórico e conceitual que sustenta a presente pesquisa. Trata-se, portanto, de uma revisão crítica da literatura pertinente, onde serão abordados os principais conceitos e discussões que permeiam a relação entre o desmatamento, o patrimônio ambiental, as políticas públicas de conservação e a atuação das comunidades tradicionais na Amazônia Legal, com foco na Ilha da Fortaleza, no município de São João de Pirabas, Pará.

2.1 Desmatamento e degradação ambiental na Amazônia

Nos últimos anos, o mundo tem voltado os olhos para a Amazônia. Composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, a Amazônia Legal ocupa um espaço central em debates como preservação e conservação ambiental, além de mudança climática. A aproximação da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP 30, que acontece em novembro de 2025, em Belém, enfatiza ainda mais a questão. No entanto, esse território enfrenta desafios gritantes, especialmente o desmatamento, caracterizado pela remoção de parte ou toda a cobertura florestal para diferentes usos da terra, e a degradação florestal, que consiste em mudanças na função e/ou estrutura da floresta sem que haja sua total supressão (Imazon, 2025).

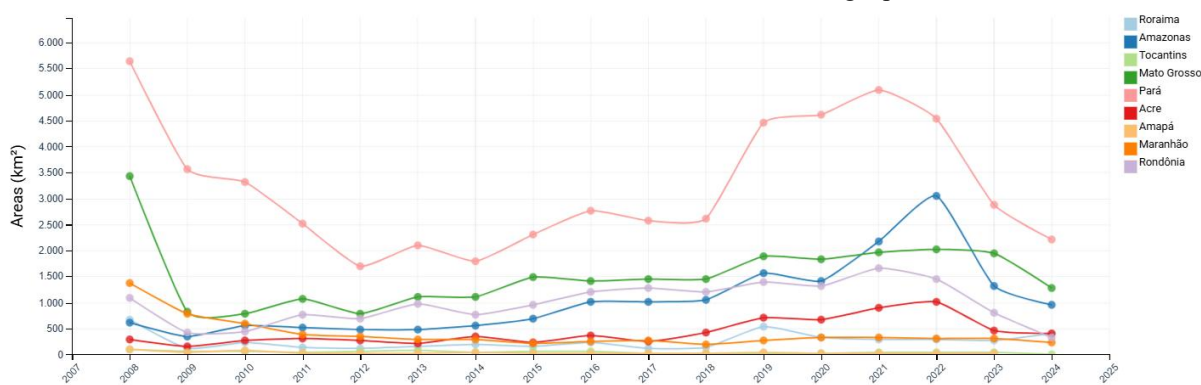
Apesar desse protagonismo, uma das principais preocupações da comunidade científica e das comunidades tradicionais, como indígenas, ribeirinhos e quilombolas, tem sido justamente essa degradação florestal vivenciada na região, muitas vezes em detrimento de grandes projetos que servem a interesses políticos e/ou corporativos. É o caso das hidrelétricas de Belo Monte e Tucuruí, da extração de minério em Carajás e Itaituba, da expansão da pecuária e do agronegócio (como a monocultura da soja e do milho), e da grilagem de terra e especulação fundiária. Somado a isso, fatores como queimadas (muitas vezes de origem criminosa ou acidental) e a extração ilegal de madeira colaboram expressivamente para a fragmentação e o empobrecimento da floresta:

A análise dos dados existentes sobre a extensão do fogo, efeitos de borda e extração de madeira entre 2001 e 2018 revela que $0,36 \times 10^6 \text{ km}^2$ (5,5%) da floresta amazônica está sob alguma forma de degradação, o que corresponde a 112% da área total desmatada nesse período. A adição de dados sobre secas extremas aumenta a estimativa da área total degradada para $2,5 \times 10^6 \text{ km}^2$, ou 38% das florestas amazônicas remanescentes. A perda de carbono estimada por esses distúrbios florestais varia de 0,05 a 0,20 Pg C ano⁻¹ e é comparável à perda de carbono por desmatamento (0,06 a 0,21 Pg C ano⁻¹). Os distúrbios podem causar tanta perda de

biodiversidade quanto o próprio desmatamento, e as florestas degradadas pelo fogo e pela extração de madeira podem ter uma redução de 2 a 34% na evapotranspiração da estação seca (Lapola, 2023, p. 01).

Nesse cenário, o Pará se destaca com as maiores taxas de desmatamento da Amazônia Legal, além de liderar com frequência os rankings de degradação florestal (INPE, 2024). Essa liderança se deve, em parte, à sua vasta extensão territorial (1 247 954,666 km²) e à intensa pressão de atividades como a mineração e a pecuária (Rivero et al., 2009). É o que se pode observar na Figura 3, que ilustra os incrementos de desmatamento na Amazônia Legal.

FIGURA 3 - Incrementos de desmatamento na Amazônia Legal por Estados.



Fonte: INPE (2024)

O desmatamento resulta, historicamente, de projetos de desenvolvimento e ocupação que ignoram os valores ecológicos e as populações locais (Pádua, 2004). Nesse contexto, os dados apresentados refletem um movimento histórico ampliado na década de 1960, com o estímulo à ocupação da região Norte do Brasil. Essa mudança, portanto, “promoveu o incremento nas taxas de desmatamento e de mudanças no uso da terra e alterou drasticamente o regime de fogo na Amazônia” (Copertino *et al.*, 2019, p. 04).

Como resposta, o aumento do número de desmatamentos fragmentou as florestas, fazendo com que as queimadas, antes bloqueadas pela umidade, avancem sobre as matas, reduzindo sua extensão a cada ano. Em complemento, as mudanças climáticas deixam essas florestas mais vulneráveis às queimadas, tendo em vista a redução da precipitação e o aumento da temperatura (Copertino *et al.*, 2019).

A partir do exposto, o entendimento dos processos de desmatamento e degradação é basal para a análise da efetividade das políticas públicas e a percepção das comunidades sobre a conservação do patrimônio ambiental na Ilha da Fortaleza, objeto central desta pesquisa.

2.2 Patrimônio Natural e Patrimônio Ambiental

Entende-se que, ao abordar Patrimônio Natural, é essencial compreender seu conceito e real importância no que diz respeito ao processo de conservação do meio ambiente. Portanto, usar-se-á o conceito de Scifoni (2006, p. 14), que afirma que “o patrimônio natural é considerado uma área especialmente protegida, porém não tem o status de uma Unidade de Conservação. É, portanto, um instrumento de proteção ambiental *sui generis*, gestado no âmbito das políticas culturais e fora da esfera do controle ambiental”.

Segundo Danilo Pereira (2018) a noção de Patrimônio Natural é recente, datada de meados da década 1970, quando finalmente foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como sendo uma temática relevante e de importância preservacionista na qual se considera que:

[...] os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972, p. 2 apud Pereira, 2018, p.38-39).

De acordo com o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, “os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que foram dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (Brasil, 1937, p. 01) são equiparados ao patrimônio histórico e artístico nacional, devendo ser amparados no que se refere à conservação de bens e imóveis existentes no país. Isso porque estão relacionados a “a fatos históricos memoráveis ou por apresentarem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Brasil, 1937, p. 01).

Dessa maneira, a preservação do Patrimônio Natural possui vínculo com duas importantes questões, que justificam sua necessidade:

A primeira, de cunho ético, fundamenta-se em um imprescindível valor humano, no respeito e na solidariedade que o homem, única criatura capaz de conhecer e compreender os fenômenos materiais e imateriais do universo, deve a todos os seres que o rodeiam, sobretudo às diferentes formas de vida com as quais compartilha o espaço e o tempo. A segunda, de cunho pragmático, origina-se do interesse e da dependência do homem pelos recursos da natureza sem os quais não pode subsistir. A preservação dos recursos naturais assegura ao homem a possível fruição desses bens, mesmo que ainda não conheça suas possíveis formas de utilização (Delphim, 2009, p. 169).

É preciso pontuar a diferença entre Patrimônio Natural e Patrimônio Ambiental. O primeiro, como visto, independe da ação do homem, fazendo referência aos elementos e formações da natureza cujo valor é intrínseco, científico, estético, ecológico ou de conservação. É o caso de formações geológicas, habitats de espécies ameaçadas, ecossistemas representativos e monumentos naturais (Scifoni, 2006). Já o Patrimônio Ambiental engloba o Natural, mas vai além, contemplando a relação entre a humanidade e o meio ambiente. Nesse sentido, são consideradas questões como a interação do homem com a natureza e os valores atribuídos a ela, sejam sociais e/ou culturais, além dos impactos resultantes dessas atividades e das políticas públicas criadas para a conservação sustentável do meio ambiente (Rocha, 2010).

Como aponta Ely Bergo de Carvalho (2021), no debate sobre a Educação Ambiental, é essencial superar a visão disjuntiva entre o mundo natural e social. Afinal, os desafios ambientais são frutos da inter-relação entre diferentes configurações sociais e ecossistemas biofísicos, o que coloca a História como uma disciplina chave para analisar a degradação e as soluções, visto que o Patrimônio Ambiental é um produto de relações humanas e históricas. O autor complementa:

Há uma dificuldade enorme em abordar a educação ambiental para além de uma perspectiva disjuntiva, entre seres humanos e natureza.
Em tal perspectiva reducionista e disjuntiva, a educação ambiental seria um tema para as áreas de Geografia e Biologia, de forma que não é coincidência que sejam os professores dessas disciplinas que organizam, prioritariamente, os trabalhos de educação ambiental nas escolas e que sejam tais disciplinas que hoje formam os “paradigmas transdisciplinares” que colonizam os estudos das relações sociedade-natureza (Carvalho, 2021, p. 34).

Um exemplo de valorização de ilhas como Patrimônio Ambiental e Natural é o arquipélago de Anavilhanas, no Amazonas, que através do Decreto nº 86.061/1981 virou uma Unidade de Conservação e, posteriormente, através da Lei nº 11.799/2008, foi recategorizada como Parque, transformando-se assim no Parque Nacional de Anavilhas. Desde então, passou a receber atividades de turismo ecológico, oferecendo “incentivos econômicos eficazes para a conservação da diversidade biológica e cultural, bem como ajuda a proteger o Patrimônio Natural e cultural ao redor da ilha arco íris” (Araújo; Sousa; Santiago, 2015, p.1722).

A nível mundial, algumas ilhas dos arquipélagos de Açores e Madeira, localizadas no Oceano Atlântico, na região costeira de Portugal, foram reconhecidas pela UNESCO como Patrimônio Mundial. Isso, por se tratar de duas regiões que possuem uma zona de biodiversidade, que “na qualidade de ilhas oceânicas isoladas possuem igualmente ecossistemas singulares (...) e uma elevada diversidade de espécies únicas” (Borges et al., 2009, p. 466).

Além dessas características peculiares, as ilhas ofertam importâncias estratégicas exclusivas de economia e militar pela sua localização em zona oceânica. Scifoni (2008) afirma que:

O patrimônio natural não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pelo homem. Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz (Scifoni, 2008, p. 10).

Mediante o exposto pode-se afirmar que o Patrimônio Natural, além da relevância de preservação e conservação dos recursos que a natureza possui, representa também a relação entre a natureza e a memória social, que é movida pela ação cultural humana. Nesse ponto, cita-se o Patrimônio Ambiental, que tem como foco justamente a relação homem-natureza e as mudanças e interações provocadas por ela. Em um sentido mais amplo, o segundo contempla não apenas a natureza intocada, mas também áreas urbanas e rurais, a partir de uma perspectiva que considera as dimensões culturais, históricas e sociais. Portanto, quando se busca enfatizar a valorização da Ilha da Fortaleza enquanto Patrimônio Ambiental, vislumbra-se a questão da preservação e conservação, além da relação de memória social da região de forma que as legislações vigentes possam assegurar que as gerações futuras também tenham acesso a esse bem natural tão precioso.

Inquestionavelmente, a Ilha da Fortaleza se encaixa em ambos os conceitos trabalhados. As suas características naturais, como o sítio geológico e paleológico (Melo, 2022), a biodiversidade costeira e os mangues a qualificam como Patrimônio Natural. Da mesma forma, a interação humana materializada por meio do uso turístico, da construção dos ranchos (e até mesmo de um restaurante), bem como o Festival Rei Sabá, são provas concretas da interação humana e dos impactos gerados, explicitando que a Ilha é um Patrimônio Ambiental.

O conhecimento ancestral das comunidades, além de sustentar a conservação, se apresenta como um valioso patrimônio imaterial para o Ensino de História e a Educação Ambiental. O vínculo cultural e espiritual, evidente na lenda do Rei Sabá, é uma narrativa histórica fundamental que, segundo o referencial, deve ser valorizada e socializada pela educação para se tornar a base da consciência preservacionista (Carvalho, 2021).

Nas últimas décadas notou-se que o aumento populacional na região acarretou uma significativa mudança no meio ambiente local. Por isso, é necessária a aplicação de políticas públicas voltadas para a instituição da Ilha como Patrimônio Ambiental, sendo essa a principal medida de legalizar a sua preservação e conservação. Conseqüentemente, as pessoas que residem ou que têm acesso aos recursos naturais da área tendem a resguardá-la, de maneira

consciente, de possíveis danos mais severos e irreversíveis na diversidade biológica local. Isso fica ainda mais evidente em um contexto em que:

[...] o Brasil dispõe de instrumentos sofisticados de planejamento e gestão ambiental que contemplam a espacialização dos processos, estimulam a participação dos atores locais das áreas de ação, possuem uma retaguarda técnica substantiva e se amparam num quadro legislativo bem discriminado. Existem leis, metodologias, colegiados e propostas definidas à exaustão. Contudo, a efetivação das ações e metas revela-se ainda bastante problemática, muito aquém do requerido pela dinâmica territorial e populacional vivenciada no país (Moraes, 2003, p. 86).

2.3 Políticas públicas de conservação e preservação ambiental

A lacuna entre a legislação e a prática é um ponto delicado. Para entender essa dinâmica, é essencial aprofundar a análise do âmbito legislativo nacional, onde o Patrimônio Natural é amparado por um conjunto robusto de leis e normas que visam à sua proteção, conservação e uso sustentável. Trata-se de uma legislação complexa, que contempla diferentes instrumentos, desde a Constituição Federal até leis específicas. Enquanto determina, em seu Artigo 225, que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo [...]" (Brasil, 1988, s/p), a CF/88 estabelece uma série de medidas a serem tomadas pelo poder público para garantir a efetividade desse direito. Entre elas, a definição de espaços territoriais e seus componentes a serem protegidos e a proteção da fauna e da flora. O documento declara a Floresta Amazônica Brasileira como patrimônio nacional.

Uma das leis mais importantes para a proteção do Patrimônio Ambiental, é a nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Ela estabelece normas e critérios para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs). Desta forma, entende-se por Unidade de Conservação um:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000, p. 01).

Essas UCs são divididas em áreas de Proteção Integral, como é o caso de Parques Nacionais e Reservas Biológicas; e de Uso Sustentável, como as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), as Reservas Extrativistas e Reservas Particulares do Patrimônio Natural, entre outras. O Pará tem uma política própria e um sistema de unidades de conservação alinhado com o

SNUC - o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC), instituído pela Lei Estadual nº 10.306, de 22 de dezembro de 2023.

Pode-se acrescentar outros instrumentos, também cruciais para a proteção do Patrimônio Ambiental. São o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que ordena o uso do território; e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico, responsáveis por incentivar financeiramente os municípios que investem em conservação. No Pará, o Imposto é conhecido como ICMS Verde, “um instrumento econômico de política ambiental que tem como objetivo incentivar os municípios a criarem e manter unidades de conservação e áreas protegidas, além de compensar os esforços dos municípios em prol da conservação ambiental” (Pará, 2021, p. 03).

O Novo Código Florestal, estabelecido pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, também é um importante instrumento, atuando na proteção da vegetação nativa e na regulamentação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal. Em complemento, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, determina as sanções penais e administrativas que devem ser aplicadas em casos de condutas e/ou atividades que lesem o meio ambiente, inclusive as que atingem o Patrimônio Natural. De acordo com o Art. 38, são crimes contra a flora “destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção” (Brasil, 1998, p. 01).

Não menos importante é a Política Nacional do Meio Ambiente, (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981). Ela é responsável pela criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), organizador da gestão ambiental no país e indispensável para a proteção do patrimônio natural. Além disso, como já citado, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, apesar de focar na questão do Patrimônio História e Artístico Nacional, faz a equiparação destes com os sítios e paisagens que devem ser conservados e protegidos. O Pará conta, ainda, com instituições que tratam especificamente da gestão ambiental e da proteção do Patrimônio Natural. São a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR-Bio).

Em contrapartida a todo esse aparato legal disponível, há uma série de desafios que se apresentam na implementação dessas políticas públicas. Moraes reitera a existência de uma cultura na qual “a natureza brasileira é vista como pura riqueza a ser apropriada, e o espaço e os recursos naturais são tomados como inesgotáveis. Daí a idéia do país como celeiro de riquezas, o "gigante deitado em berço esplêndido" [...]” (Moraes, 2003, p. 80).

Diante disso, há uma série de empecilhos para a aplicação da lei. Entre eles, a falta de fiscalização efetiva, ainda mais evidente em debates como o Projeto de Lei nº 2.159/2021, sancionado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em agosto de 2025. A Lei prevê uma alteração profunda nas regras de licenciamento ambiental do país, inviabilizando que os órgãos ambientais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) intervenham no desmatamento indireto provocado por grandes empreendimentos.

A proposta fragiliza os órgãos que já atuam com recursos humanos e materiais limitados diante do desafio do monitoramento de uma área tão extensa. Chama, ainda, atenção para outra questão crucial, que é justamente a insuficiência dos orçamentos para as agências ambientais.

Outros pontos a serem considerados são os conflitos de interesse, que geram pressões econômicas pelos protagonistas da mineração e do agronegócio. Ademais, cabe citar a falta de participação social efetiva, seja por desinteresse ou por ações políticas/empresariais que não promovem a escuta da população, prevista por meio de audiências públicas e outros instrumentos legais. O resultado é o aumento do desmatamento, a perda da biodiversidade e o desconhecimento de importantes áreas como Patrimônio Natural e Ambiental.

Essa lacuna entre a legislação e seu emprego na prática torna-se um ponto delicado, principalmente em áreas como a Ilha da Fortaleza, onde o aumento populacional e o uso turístico requerem uma intervenção mais assertiva das políticas públicas.

2.4 Comunidades tradicionais e a relação com o meio ambiente

Ao longo dos séculos os saberes e práticas das comunidades locais têm papel essencial na conservação e preservação da natureza. Entende-se, portanto, que esse conhecimento ancestral pode contribuir de maneira significativa para a efetividade das políticas públicas necessárias para barrar ou, pelo menos, amenizar os impactos causados pelas ações humanas e pelos próprios fenômenos naturais. Zarinato (2010) reforça esse aspecto:

Há ainda uma importante riqueza presente nos saberes das comunidades isoladas (grupos indígenas e quilombolas) associada à flora e à fauna. Um saber que é fruto de um longo e diversificado processo de conhecimento, transmitido de geração à geração. São conhecimentos acerca do trato com a flora, a fauna, o solo, os fenômenos meteorológicos e os processos ecológicos e que se expressam nas técnicas de manejo e cultivo, nos saberes sobre domesticação de animais, na colheita de víveres, no aproveitamento, nas formas de preparo etc. (Zarinato, 2010, p. 132).

Frisa-se, no entanto, que essa interação não se limita às comunidades isoladas, de forma que a produção de conhecimentos proveniente do patrimônio ganha sentido por ser de caráter público, ou seja, por interagir com diferentes comunidades (Rambelli, 2009). Contudo, a defesa do Patrimônio Natural tem acontecido de maneira lenta, tendo ganhado mais força apenas a partir do século XX, marcado por catástrofes ambientais. Bezerra (2018) traz uma visão aprofundada sobre o assunto:

A discussão acerca dos bens naturais sempre envolveu questões relativas a posturas ideológicas ou filosóficas, tão polêmicas quanto as que trataram o patrimônio cultural, tradicionalmente, identificado como sendo as obras de arte e/ou os monumentos artísticos e históricos. Em relação ao patrimônio natural, o debate torna-se mais acirrado, dada à emergente questão dos limites dos bens naturais que se rebatem nas questões da sobrevivência humana e demais seres vivos no planeta. Apesar do afloramento da consciência ambiental, sobretudo manifestado pelos movimentos em defesa da natureza, em face do franco desaparecimento ou dilapidação pelos processos de industrialização e urbanização das cidades de significativos fragmentos de natureza, a proteção e salvaguarda desses bens não se incluem nas prioridades das políticas e planejamento patrimoniais vigentes (Bezerra, 2018, p. 60).

Como exposto, a relação entre o homem e a natureza vai além do saber, implicando em uma profunda interdependência dessas comunidades com o meio ambiente. A respeito disso, pode-se citar, por exemplo, o vínculo cultural e espiritual, que faz com que os elementos da natureza como os animais, rios e a própria floresta sejam vistos como parte da identidade e das crenças desses povos. Esse elo, que fortalece a preocupação com a sustentabilidade, é evidente na Ilha da Fortaleza, em especial na Praia do Castelo, apontada pelos praticantes das religiões afro-indígenas como um importante ponto de encantaria, repleto de manifestações místicas e espirituais (Veras, 2021).

Além disso, esse conhecimento não é estático, ele se adapta às realidades que se apresentam, fazendo com que essas comunidades assumam o papel de guardiãs da biodiversidade, tendo em vista que elas colaboram para a conservação dos processos ecológicos e da diversidade biológica, de forma que:

A ação das diversas sociedades modela a natureza e seus diversos habitats, construindo um território. A vegetação também tem uma dinâmica própria, trazendo sempre traços do passado e a paisagem modelada, necessariamente, se transforma. Um mosaico de diferentes habitats espelha a ação material e simbólica das diversas comunidades humanas que os ocuparam ao longo dos séculos (Diegues, 2000, p. 08).

Na contramão dessa interação, as comunidades estão sob constante ameaça. Em casos em que imperam os interesses pela mineração, pelo agronegócio e pela grilagem, por exemplo,

elas são as primeiras a sofrerem pressão para abandonar seus territórios. São, assim, atingidas diretamente pelo desmatamento, incêndios florestais e, até mesmo, pelos violentos conflitos por terra. Conflitos que, muitas vezes, refletem em assassinatos, em um quadro novamente liderado pelo Pará, que conta com 23,08% dos casos registrados em 2024, conforme os dados disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2024).

Entende-se que, mesmo com um amplo discurso político sobre a importância do reconhecimento dos Patrimônios Naturais e Ambientais e desses agentes, o apoio institucional nem sempre está presente. Esse *modus operandi* fragiliza as ações das comunidades e, comumente, interfere na garantia de seus direitos territoriais. Mais ainda, podem implicar na descontinuidade dos saberes e na falta de consciência das futuras gerações sobre a relevância da conservação e da preservação ambiental.

Ao se falar da Ilha da Fortaleza, que conta com a presença de pescadores artesanais e, até mesmo, pessoas que adotaram o espaço como morada mesmo com outras formas de subsistência, é importante analisar como o aumento de ranchos e a pressão turística afetam essas comunidades. Afinal, cabe refletir se esse processo de intervenção tem alterado seu acesso aos recursos naturais, se respeita suas práticas, ou mesmo se chega a ameaçar seus modos de vida.

Nesse sentido, a participação dessas pessoas na construção e implantação de políticas públicas não pode ser apenas consultiva, devendo também assumir um caráter ativo e decisório, pois elas têm propriedade sobre os saberes locais. Além disso, a demarcação e regulação dos seus territórios é uma ferramenta indispensável para a conservação ambiental. Vale ressaltar que a dimensão imaterial deste território é amplamente documentada em estudos específicos sobre a religiosidade local¹.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (Gil, 2002, p. 17). Trata-se, ainda, de um conhecimento falível, tendo em vista que não é definitivo, final ou absoluto e é, portanto, aproximadamente exato, e estando sujeito a reformulações:

[...] é real (fátual) porque lida com ocorrências ou fatos, isto é, com toda “forma de existência que se manifesta de algum modo” (Trujillo, 1974:14). Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou

¹ Para saber mais sobre a festividade do Rei Sabá, ver “*O santo visita o rei: festividade afrorreligiosa em São João de Pirabas e o complexo da encantaria na Amazônia oriental*” de Freitas e Veras (2020).

falsidade conhecida através da experiência e não apenas pela razão, como ocorre no conhecimento filosófico. É sistemático, já que se trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de idéias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos (Lakatos; Marconi, 2003, p. 80).

Assim, de acordo com os seus objetivos, essa pesquisa é qualitativa, pois se preocupa em promover a análise e a interpretação de aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano (Lakatos; Marconi, 2017). Quanto à sua natureza, é exploratória-descritiva. Ela investiga um tema que não foi profundamente explorado, buscando “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (Gil, 2002, p. 41). Por meio da análise de entrevistas, tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 42).

O trajeto percorrido envolve a pesquisa bibliográfica, “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos [...] Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados” (Severino, 2007, p. 122). Pode-se citar que a leitura do material selecionado contemplou fontes indispensáveis, como **Scifoni (2008)**; Zarinato (2010); (Copertino et al. (2019); e Melo (2022). Soma-se a este aparato teórico a pesquisa documental, que se diferencia da anterior na natureza das fontes, como as leis associadas ao Patrimônio Natural.

3.2 Ferramentas de pesquisa

A entrevista foi uma importante ferramenta de pesquisa, pois com base nas informações obtidas por meio de entrevistas, a pesquisa dá subsídios para alcançar o objetivo de analisar como os moradores ou pessoas que utilizam ou utilizaram o espaço da Ilha da Fortaleza como viés de repouso ou de pescaria, veem as políticas públicas de conservação e preservação deste espaço natural. O *feedback* dos entrevistados é primordial para situar o local como um Patrimônio Ambiental, uma vez que detalha como se dá a interação entre homem e natureza.

Diante disso, a proposta é justamente ouvir essas pessoas que, muitas vezes, são excluídas dos espaços de debate, construção e aplicação de políticas públicas que abrangem um espaço que lhes é tão valioso. Optou-se por entrevistas semiestruturadas, que “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele

o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal” (Boni; Quaresma, 2005, p. 75). Trata-se de um tipo de entrevista preocupada em direcionar para o tema.

Ao todo, foram cinco entrevistados: Henrique Fonseca, policial militar e professor de história, que frequenta a Ilha para pesca, lazer e religião; Jocineide de Pádua, professora, que a utiliza para fins de lazer; Juliana Neves, jornalista, maranhense, que mora no município há seis anos e frequenta o local por lazer e questões religiosas; Maria Milta Lima, aposentada, que morou na Ilha durante a infância e sonha em voltar para lá; e Raimunda Santos Fonseca, doméstica, que já morou na ilha vizinha, Croa Nova, e hoje frequenta a Fortaleza por lazer.

3.3 Análise de dados

A partir dos dados levantados e dos aspectos metodológicos adotados, optou-se por utilizar a análise de conteúdo. De acordo com Laurence Bardin (2016, p. 44), “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Entende-se que essa abordagem é ideal para dados qualitativos, como as entrevistas, uma vez que permite aprofundar os discursos e as percepções dos entrevistados.

A técnica viabilizou a organização e interpretação das informações coletadas de forma sistemática, o que envolveu diversas etapas. Uma leitura inicial de todas as entrevistas contribuiu para uma visão geral e para trazer as primeiras impressões sobre as falas. A partir disso, identificou-se questões como temas recorrentes e as próprias percepções dos moradores/frequentes da Ilha da Fortaleza acerca das políticas públicas e dos impactos ambientais vivenciados na área, além da sua própria relação com o local.

A etapa seguinte consistiu na conexão dos achados das entrevistas com a fundamentação teórica. Esse processo foi fundamental para compreender os pontos que se alinham e os que se divergem de conceitos como patrimônio natural/ambiental e políticas públicas, por exemplo. Foi possível identificar as diferentes percepções entre os entrevistados e os padrões revelados nos discursos, o que viabilizou a apresentação dos resultados de forma clara e concisa.

4 A ILHA DA FORTALEZA: CONTEXTO LOCAL E PERCEPÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta seção aprofunda a análise da Ilha da Fortaleza, unindo o referencial teórico com os dados empíricos obtidos por meio de entrevistas e pesquisa documental. Além da sua

caracterização geográfica, histórica e geológica, este tópico busca analisar como as dinâmicas sociais e a percepção da população se entrelaçam com as políticas públicas de conservação e preservação ambiental. O objetivo principal é confrontar a legislação existente com a realidade vivida por moradores e frequentadores, evidenciando as lacunas entre o que é formalmente estabelecido e o que é efetivamente aplicado no local.

4.1 Caracterização da Ilha da Fortaleza e do município de São João de Pirabas

A Ilha da Fortaleza situa-se no município de São João de Pirabas, nordeste do Estado do Pará, em um limite denominado “Salgado”. Trata-se de uma região banhada pelo Oceano Atlântico, integrante de uma área adjacente à foz da Bacia Hidrográfica do Amazonas. Caracteriza-se pela diversidade de ambientes estuarinos, com vários canais de maré, ilhas e dunas. É uma região “demarcada por incontáveis afloramentos fossilíferos, pertencentes à Formação Pirabas de idade Mioceno Inferior (cerca de 23 milhões de anos) e o Monumental Místico do Rei Sabá se encontra em um desses afloramentos” (Melo, 2022, p. 99). Os primeiros estudos sobre os calcários fossilíferos registrados na Ilha são de Ferreira Penna (1876).

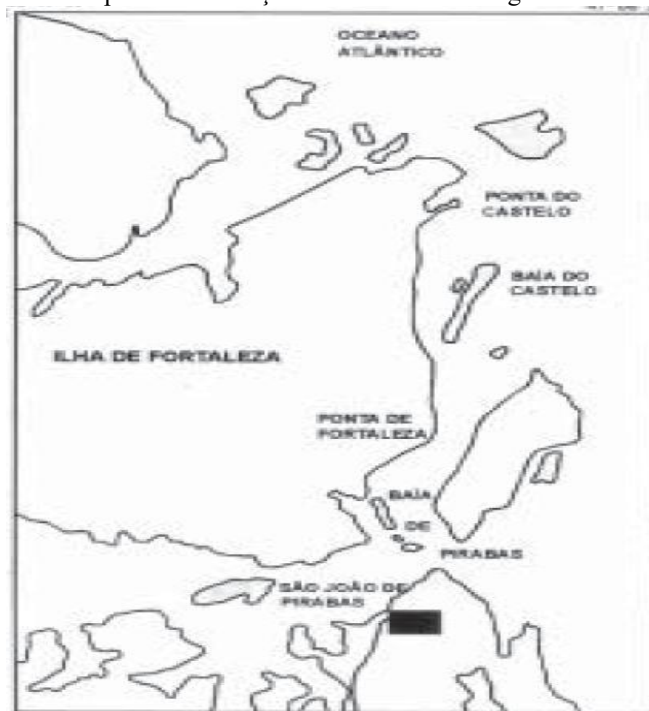
[...] na zona fisiográfica do Salgado, nordeste do Pará, em busca de sernambis (sambaquis), este pesquisador teve sua atenção voltada para a grande quantidade de fósseis (moldes de moluscos) contida nas rochas calcárias da localidade Ponta da Fazenda. Ferreira Penna efetuou coleta de algumas amostras que mais tarde foram enviadas para Charles Abiathar White, para que os fósseis fossem devidamente descritos, classificados e ilustrados, o que aconteceu em 1887, quando White publicou a monografia Contribuições à Paleontologia do Brasil (Távora; Fernandes; Ferreira, 2002, p. 140).

Entretanto, somente em 1925 Carlota Joaquina Maury descreveu detalhadamente a fauna procedente dos calcários aflorantes na foz do Rio Pirabas. Com isso, a publicação “representou o ponto de partida para as pesquisas geológicas e paleontológicas subsequentes na Formação Pirabas” (Távora; Fernandes; Ferreira, 2002, p. 140). Destacam-se, ainda, as contribuições de Cândido Simões Ferreira (1957) por meio de um estudo da malacofauna, cujo objetivo foi ampliar os conhecimentos sobre os outros grupos fossilíferos encontrados nesses sedimentos, resultando na cessão de amostras a diferentes especialistas.

Acerca da delimitação, a Ilha contém pontos distintos que podem ser apontados como referências. Um está localizado na porção mais ao norte, e é conhecido como Ponta do Castelo. O outro, está mais ao sudeste da Ilha, e é chamado de Ponta da Fazenda. Ambos são separados por cerca de 2 km de distância. Segundo Távora et al. (2002, p. 140-141) a Ponta da Fazenda é

onde Ferreira Penna registrou os calcarenitos estratificados e fragmentos de restos inalterados e/ou moldes de moluscos equinodermas e briozoários. A Figura 4 ilustra os pontos citados:

FIGURA 4 - Mapa de Localização do Sítio Paleontológico Ilha de Fortaleza



Fonte: Távora et al. (2002, p.141)

FIGURA 5 - Localidade Ponta do Castelo na ilha da Fortaleza.



Fonte: Távora et al. (2002, p.142)

Na Figura 5, a Ponta do Castelo aparece apenas com o monumental natural conhecido popularmente como a Pedra do Rei Sabá. O registro é de antes da construção do Complexo Mítico Rei Sabá:

Com as reformas da prefeitura, na gestão de Bosco Moisés (2000-2008), a pedra, uma manifestação natural esculpida pela natureza, como algumas pessoas de Pirabas contam, tornou-se um monumento, com o acréscimo de uma base de concreto quadrangular. Agora, à primeira vista não lembra mais uma figura antropomorfa. Há relatos de que a pedra se encontra mais baixa do que antes, apresentando mudanças em sua região, principalmente por ali ser área de encantaria. Além da transformação do Rei Sabá em monumento, houve o acréscimo de quatro imagens: Iemanjá, Cabocla Mariana, Toia Jarina e Zé Raimundo. A pedra do Rei Sabá fica sobre formações rochosas e calcárias, contendo rico acervo fóssil do período Cenozóico marinho (Veras, 2021, p. 03).

Diogo Melo (2022), ao caracterizar o Monumental Místico do Rei Sabá explica que ele:

(..) é composto por um afloramento de rochas calcárias da Formação Pirabas, compondo-se em um platô em que as rochas na parte superior formam um monumento natural rochoso, aludindo ao formato de um homem sentado, o qual é reconhecido por ser o Rei Sabá petrificado. Um encantado associado ou até mesmo sincretizado com o Rei Sebastião, monarca português que desapareceu na batalha de Alcácer Quibir, no Marrocos, em 1578, e que as religiões afrodiáspóricas amazônidas cultuam como sendo um dos seus gentis, senhores de toalha ou vodunços. (Melo, 2022, p.100)

FIGURA 6 - Vista panorâmica do Monumental do Rei Sabá.



Fonte: Melo (2022, p.101)

A Figura 6 traz uma visão panorâmica do Complexo Místico Rei Sabá, tal qual é descrita por Melo (2022). Na imagem, é possível ver o platô de rochas naturais onde se encontra o monumento rochoso com formato de um homem sentado. No entanto, não se vê com nitidez as demais imagens que também constituem o Monumental. Isso porque o registro foi realizado de uma parte mais elevada da praia, uma estrutura onde os fiéis sobem para entregar oferendas ou ter uma visão mais ampla do ambiente.

A Figura 7 é um registro dos “vultos” destruídos pelo intemperismo, sobrando apenas vestígios de sua existência, como as suas bases de concreto e partes referentes aos pés e pernas,

além de partes do corpo de Iemanjá, o que evidencia a falta de manutenção e de investimento público no espaço, considerado por muitos como sagrado.

FIGURA 7 - Imagens do Monumental Místico do Rei Sabá em 2021, evidenciando os vestígios oriundo dos vultos.



FONTE: Diogo Melo, (2022, p. 118)

FIGURA 8 - Imagem do monumento rochoso natural denominado de Rei Sabá alinhado com um desenho esquemático ressaltando seu aspecto antropomorfo, do artista José de Moraes Rego.



FONTE: Rego (1983, apud Melo 2022, p. 110)

É importante ressaltar que na Figura 8, datada de 1983, ainda não havia as demais imagens no platô. Estas vieram a ser construídas após um episódio de vandalismo que aconteceu no ano de 2001, no qual o monumental natural rochoso, com formato de homem sentado, teve “sua suposta cabeça arrancada, como se o rei tivesse sido degolado” (Melo, 2022, p. 106).

Após o episódio, o Terreiro Sociedade Unidade Rei Sabá se articulou para dar notoriedade ao monumento natural como uma instância patrimonial. Em resposta, houve uma articulação com a Prefeitura de São João de Pirabas que resultou na consolidação do

Monumental Místico do Rei Sabá, em 2002. A gestão de João Bosco Rufino Moisés teria se comprometido com a proposta por estar empenhada em um projeto de consolidação turística.

Devemos destacar que a principal instância local das comunidades de terreiro foi a Sociedade Unidade Rei Sabá, que era presidida por Pedro da Conceição Pedrosa, na época da inauguração do memorial estava com 46 anos, tinha sido funcionário da Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará (FEUCABEP), o que demonstra uma experiência e vivência articuladora com as instancias políticas. A principal função desta sociedade era a da organização das festividades do Rei Sabá, que antes da articulação com a prefeitura já levava cerca de duas centenas de pessoas para o local (Vergolino-Henry, 2008, apud Melo, 2022, 107).

Melo (2022) evidencia aspectos sobre a possibilidade da instituição de uma instância patrimonial através de reivindicações populares alinhadas às políticas públicas municipais, no sentido de valorizar e preservar um ambiente com aspectos de Patrimônio Cultural Religioso, buscando assim resguardar aspectos da religiosidade afrodescendente em meio ao ambiente natural da Ilha da Fortaleza.

A Ilha abriga um importante lugar de memória social marcado pela interação entre o homem e a natureza, além de um sítio Geológico e paleoambiental, registrado pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos, a SIGEP (Távora et al., 2002). Portanto, busca-se apresentar o espaço como grande potencial Patrimônio Natural.

Com isso temos na localidade uma potencialidade de estudos sobre o passado geológico da Terra, através do registro fóssilífero, o qual possibilita que a Paleontologia e a Geologia compreendam melhor a história evolutiva e ambiental da Terra. No entanto, devemos compreender que a ocorrência de fósseis também pode fornecer outras constituições e interpretações(..) servindo de base interpretativa para outras concepções culturais não acadêmicas (Melo, 2022, p.106).

A Ilha da Fortaleza, com sua geodiversidade (fósseis) e a forte presença da lenda do Rei Sabá, configura-se como um verdadeiro laboratório de História Ambiental. O Ensino de História pode utilizar essas múltiplas camadas de memória (a geológica e a cultural) para conectar o aluno ao seu território e, assim, forjar um sentido de pertencimento e responsabilidade pela preservação (Carvalho, 2021).

Os aspectos naturais da ilha formam um relevante patrimônio natural, que serve como instrumento para a compreensão da “história evolutiva e ambiental da terra” (Melo, 2022, p. 106). Esse patrimônio se associa a concepções culturais, saberes e memórias sociais que, mesmo não sendo considerados científicos, devem ser valorizados como Patrimônio Cultural.

Sobre o reconhecimento como Patrimônio Natural e ou Ambiental e as políticas públicas voltadas para a sua preservação, Távora et al. (2002, p. 142) afirmam que “(...) ainda não

existem decretos que estabeleçam e regulem medidas de proteção ambiental na referida ilha, o que deve ser providenciado o quanto antes, para que seja preservado este importante sítio para a Paleontologia brasileira”.

4.2 Percepção da população sobre o uso e os impactos ambientais na Ilha

Para os moradores e frequentadores, a Ilha da Fortaleza transcende a definição de um mero espaço geográfico. Ela é um local de memória afetiva, identidade e subsistência. A relação com a Ilha, que para alguns remonta à infância, revela uma história de uso e interação que contrasta com o cenário atual de degradação. A entrevistada Maria Milta Lima, por exemplo, rememora a Ilha de sua infância como um lugar onde a família trabalhava na pesca e na agricultura para a sobrevivência, em um ambiente de uso comunitário e ordenado. Para ela, a Ilha representava um "lugar aconchegante" e de conexão com as origens.

O espaço também é percebido como um patrimônio cultural e religioso. Henrique Fonseca (2025), por exemplo, o descreve como "um lugar de cultura e religiosidade," além de "principalmente, um lugar sagrado". Juliana Neves (2025) reforça essa visão, afirmando que a Ilha é para ela "o vínculo com o sagrado, com a nossa ancestralidade". No entanto, essa relação profunda se choca com a percepção da degradação atual, gerando uma grande preocupação de que esse patrimônio seja "perdido" devido à falta de intervenção e cuidado do poder público.

Para a comunidade, os impactos são visíveis e estão diretamente ligados ao crescimento da presença humana. Conforme a percepção dos entrevistados, as atividades mais impactantes recaem majoritariamente sobre a Construção de Ranchos/Moradias e o Descarte de Lixo/Resíduos.

O gráfico a seguir ilustra a frequência dessas menções, onde o descarte de lixo e resíduos foi a categoria mais citada pelos participantes, totalizando 60% das menções principais, seguido pela construção de ranchos, com 40%. Tais dados corroboram o argumento de que a ausência de planejamento urbano e saneamento, aliada à falta de conscientização, transforma o uso da Ilha em um agente de degradação.

Tabela 1 - Menções dos Entrevistados sobre os Principais Fatores de Impacto na Ilha da Fortaleza

Categoria de Impacto	Menções	Porcentagem
Descarte de lixo/resíduos	3	60%
Construção de ranchos/moradias	2	40%

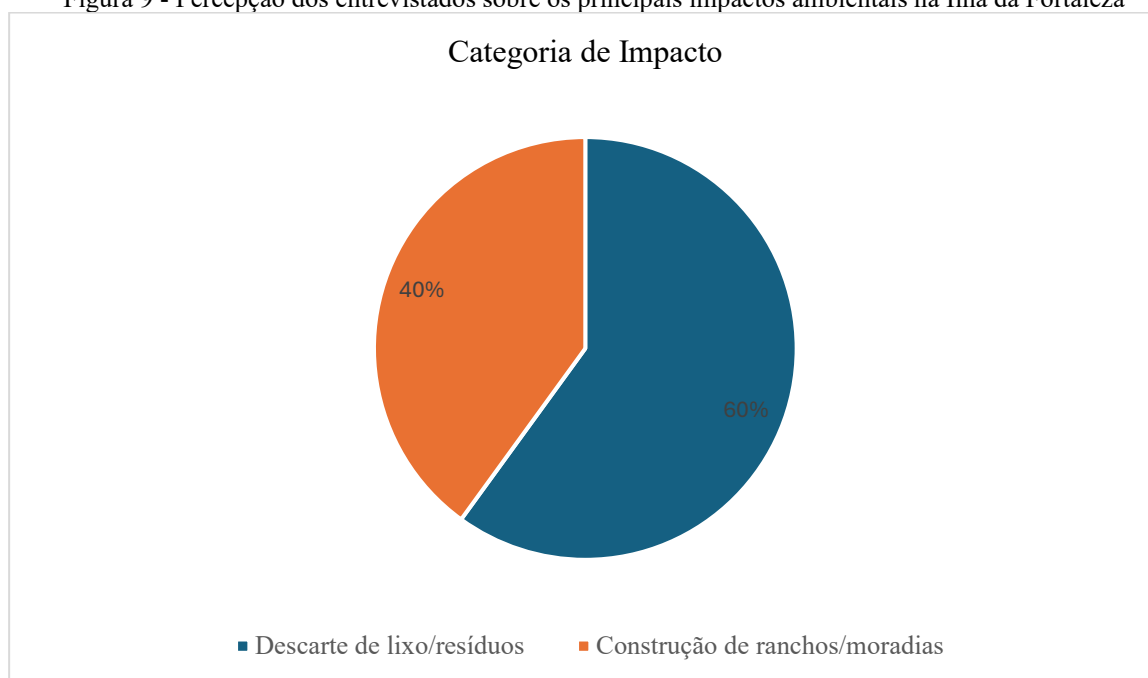
Total de menções

5

100%

FONTE: Elaboração da autora com base nas entrevistas

Figura 9 - Percepção dos entrevistados sobre os principais impactos ambientais na Ilha da Fortaleza



FONTE: Elaboração da autora com base nas entrevistas

Assim, essa rica memória coletiva confronta-se com a realidade da degradação, que exige uma análise das políticas públicas vigentes. A Lei nº 913/2009 determina, por exemplo, que a exploração socioeconômica da Ilha se restrinja ao incremento do turismo e que seja, preferencialmente, realizada “com instituições de parques paleontológicos, com guias e monitores oficialmente credenciados na Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer” (São João de Pirabas, 2009, p. 02). Zanirato reitera que:

(...) Todos os esforços de proteção da natureza continuarão a ser insuficientes se for mantido o modelo de desenvolvimento vigente, no qual as atividades econômicas consomem e degradam os recursos naturais em um ritmo vertiginoso. A conservação requer um modelo economicamente mais viável, ambientalmente mais sustentável e socialmente mais justo (Zanirato, 2010, p. 142).

Além de a pesquisa não ter identificado essa preocupação com a prática do turismo sustentável, a análise das entrevistas revela uma notável contradição entre as leis existentes e a forma como a comunidade percebe sua aplicação. A Lei que tombou a Ilha como Sítio Paleontológico (Lei nº 913/2009), é conhecida por alguns, mas sua eficácia é questionada. Juliana Neves (2025) ilustra esse paradoxo ao perguntar: "a Ilha é tombada, mas quem sabe?"

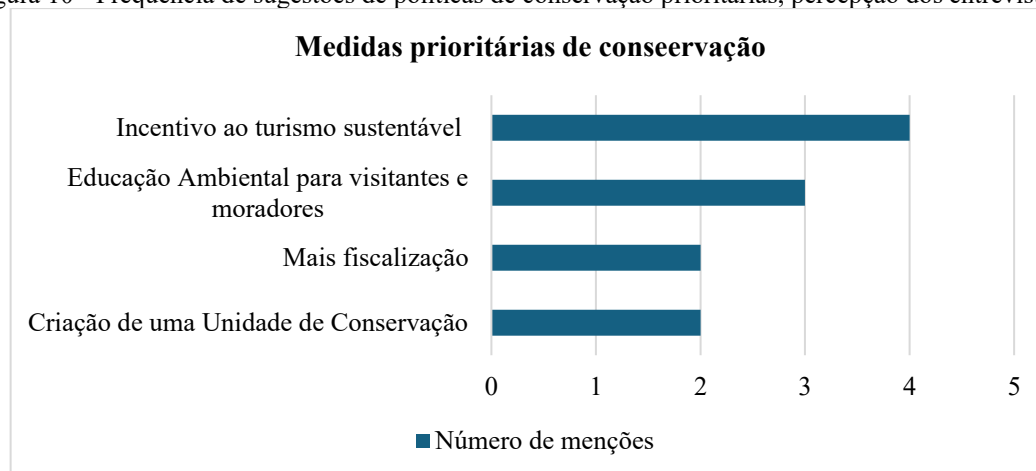
Isso serve de quê?". Para ela, a lei não impede que "as pessoas vão lá, pegam o que querem, constroem, deixam o lixo delas".

Essa falta de aplicação da lei gera uma crise de confiança em relação à gestão municipal. A percepção de Jocineide de Pádua (2025) é de que a prefeitura só mobiliza ações quando "visa o interesse deles das festas e tudo que eles se interessam". Ela desconhece outras iniciativas para proteger a Ilha, sugerindo que as ações são esporádicas e movidas por interesses financeiros, não pela conservação. Fonseca (2025) complementa essa visão ao apontar a falta de fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente como a principal falha na conservação do espaço, mesmo com o aumento considerável da construção de ranchos.

A despeito do cenário de degradação, os entrevistados indicam caminhos claros para a reversão do quadro, priorizando medidas que exigem a mobilização do poder público e da sociedade civil. As medidas mais prioritárias sugeridas pela comunidade são o incentivo ao turismo sustentável, a educação ambiental para visitantes e moradores, e mais fiscalização, além da criação de uma unidade de conservação.

O alto grau de menções à Educação Ambiental e ao Incentivo ao Turismo Sustentável reforça o argumento central do trabalho, de que a comunidade reconhece que a mudança de paradigma não pode ser apenas imposta por decretos, mas deve ser construída através da conscientização e da valorização histórica do local. A ênfase nas ações educativas e sustentáveis demonstra que a população busca uma solução duradoura e baseada no conhecimento e na apropriação dos recursos. É o que pode ser observado no gráfico a seguir:

Figura 10 - Frequência de sugestões de políticas de conservação prioritárias, percepção dos entrevistados



FONTE: Elaboração da autora com base nas entrevistas

A percepção dos entrevistados sobre a ineficácia do tombamento e a falta de fiscalização revela que a legislação municipal falha em traduzir o valor histórico-ambiental da Ilha para a comunidade. Esse hiato evidencia que a lei, ao proteger o sítio de forma isolada, não foi

acompanhada por uma política de Educação Ambiental Crítica, tornando-se, na prática, letra morta (Carvalho, 2021). O problema não é apenas legal, mas pedagógico e histórico.

Nesse contexto, é importante salientar que, apesar de todo o aparato legal, que pode ser apontado como a espinha dorsal da proteção do Patrimônio Natural brasileiro, a sua aplicação depende da ação do Poder Público e da conscientização e participação da comunidade.

Há uma Reserva Extrativista que abrange os municípios de Salinópolis e São João de Pirabas, a Viriandeua, criada por meio do Decreto nº 11.958, de março de 2024. Contudo, sua área não abrange a Ilha da Fortaleza. Além disso, foi publicado no dia 18 de agosto de 2025, no Diário Oficial do Estado do Pará, um Edital de Convocação para uma Consulta Pública, a ser realizada no dia 30 de setembro. A chamada, assinada pelo Instituto Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio) se refere à:

[...] criação de 02 (duas) Unidades de conservação da Natureza estaduais, (01) uma do grupo de Proteção integral envolvendo a ilha Tucundeua e 01 (uma) do grupo de Uso sustentável envolvendo a ilha Itanarajá/Praia do Pilão; e 01 (uma) Unidade de conservação Municipal do grupo de Uso sustentável envolvendo o campo do sal (Pará, 2025, p. 49)

Nesse contexto, apesar de suas características, a Ilha da Fortaleza não é uma Unidade de Conservação instituída pelo SNUC, seja em nível federal, estadual ou municipal. A área é reconhecida pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB), como um Sítio Paleontológico e de Geodiversidade de Relevância Nacional, tendo em vista seu conteúdo estratigráfico, paleontológico e sedimentológico (SGB, 2020).

A partir desse levantamento, observa-se que a contradição da conservação na Ilha da Fortaleza reside na coexistência de um arcabouço legal, ainda que fragmentado, com a percepção generalizada, por parte da comunidade local, da ineficácia e da inoperância do poder público. Assim, é necessária uma análise crítica da lacuna entre o que as políticas públicas formalmente estabelecem e o que é vivenciado na prática por moradores e frequentadores, evidenciando as falhas na gestão e na fiscalização ambiental.

A carência de políticas públicas se traduz na percepção da comunidade, em uma profunda desconfiança na capacidade do poder público de gerir o local. Os entrevistados frequentemente relatam não ter conhecimento das leis de proteção, o que por si só já demonstra a ineficácia da comunicação e da transparência. É o que se evidencia na fala de Jocineide de Pádua (2025): "Não, não tenho [conhecimento de lei de proteção], não. Mas que existe, existe, sim. Tem por que senão ela não ia fazer coisas aleatórias lá. Deve existir, mas eu desconheço".

Essa resposta sugere uma percepção de que as ações existentes são "aleatórias", sem um planejamento claro. Fonseca (2025) e Neves (2025) corroboram com essa visão, ao expressarem que, apesar de verem a Ilha um patrimônio ambiental, não veem uma "preocupação efetiva em preservar o local" nem uma "fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente".

O resultado mais tangível da inércia governamental e da falta de fiscalização é o crescimento desordenado da ocupação humana. Os entrevistados apontam a proliferação de ranchos como a principal evidência da degradação. O que antes era um ambiente com pouca intervenção humana, como descrito por Maria Milta Lima (2025) e Jocineide de Pádua (2025), tem sido transformado pela construção indiscriminada.

Segundo Jocineide de Pádua (2025), "a Ilha da Fortaleza era pequena, minúscula. As cabanas que tinham, não sei como eles chamam ranchos, era somente de pescadores, não havia moradores". Se antes, os únicos ranchos eram os pertencentes aos pescadores, que os utilizavam para guardar o material trabalho, com o tempo, isso mudou com a construção dos ranchos de madeira para fins de lazer e de moradia. Essa alteração fica clara em diversos trechos das entrevistas. "A prefeitura diz 'não pode, não pode', e continua construindo, todos os dias. Então, cadê a lei? Cadê a preocupação efetiva de preservar o local?" (Neves, 2025).

Esse posicionamento ilustra o ciclo vicioso no qual a população percebe que a lei não é aplicada e, conseqüentemente, não há incentivo para segui-la. Outros entrevistados endossam o posicionamento. É o caso de Raimunda Santos Fonseca (2025), que rememora que "naquele tempo, esses que estão lá não tinham nada pra lá. Só ia mesmo pra passear, tomar um banho e tarde vinham do rancho" e de Maria Milta Lima (2025), que complementa: "e na Fortaleza, sabe o que era que tinha? Só uma casa, que era justamente onde deixava o santo".

Os ranchos não são o único problema. O crescimento da ocupação está associado a outras formas de degradação. Pádua (2025) relata que o aumento populacional trouxe "insalubridade" para a Ilha, com o descarte de lixo como "latinha, é garrafa, é tudo quanto é lixo". Lima (2025) concorda, ressaltando que, com a intervenção humana, a Ilha ficou "maléfica", e que a falta de fiscalização faz com que as pessoas "abusam de tudo lá".

Esses relatos mostram que, para a comunidade, a Ilha da Fortaleza enfrenta um momento crítico. A ausência de uma gestão pública efetiva, portanto, resulta na ocupação desordenada e na perda de um patrimônio ambiental e cultural inestimável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisa a situação do Patrimônio Ambiental na Ilha da Fortaleza a partir de uma abordagem histórica e sociológica, focando na percepção da comunidade local e na análise das políticas públicas de conservação e preservação. O objetivo era compreender a dinâmica da ilha, confrontando o arcabouço legal existente com a realidade do uso e da ocupação do espaço.

Ao longo da pesquisa, foi possível constatar que, embora a Ilha seja juridicamente protegida por ser um Sítio Paleontológico, essa proteção se mostra insuficiente diante dos desafios práticos. A natureza fragmentada da legislação, que foca no valor científico e histórico, negligencia a proteção do ecossistema e da paisagem natural. O foco desta legislação em um único aspecto - o paleontológico - deixa vulneráveis os demais componentes do ecossistema, como a fauna, a paisagem natural e o Complexo Mítico Rei Sabá.

Essa insuficiência legal se manifesta, ainda, na ausência de inclusão da Ilha em políticas ambientais mais abrangentes. A criação da Reserva Extrativista de Viriandeua, que abrange partes do próprio município de São João de Pirabas, não contemplou a Ilha da Fortaleza. Esta omissão demonstra uma desconexão entre as agendas de conservação extrativista e a preservação de sítios de geodiversidade, contribuindo para que o local permaneça desprotegido sob uma política de uso sustentável mais robusta.

A análise das políticas públicas também revelou uma crítica subjacente às prioridades da gestão ambiental no estado. Enquanto são convocadas consultas públicas para a criação de novas Unidades de Conservação em outros locais, como a Ilha Tucundeua e a Ilha Itanarajá, a Ilha da Fortaleza, apesar de seu reconhecimento como Sítio Paleontológico, permanece à margem do planejamento de conservação ambiental. A omissão evidencia a falta de interesse em proteger o patrimônio da Ilha, cuja degradação avança sem um plano de gestão coeso.

Assim, o paradoxo da conservação na Ilha da Fortaleza reside, principalmente, na discrepância entre o que as leis prescrevem e o que é vivenciado pela população. A pesquisa de campo revela que a falta de fiscalização e de um diálogo eficaz com a comunidade gera um sentimento de desconfiança e de inércia em relação ao poder público. As entrevistas evidenciam que a ausência de um planejamento coeso permite que a ocupação e o descarte de resíduos prossigam sem controle, contribuindo para a degradação de um ambiente que é, simultaneamente, recurso de subsistência, local de lazer e espaço de memória e afeto.

As dificuldades encontradas na realização da pesquisa, como a logística de acesso à Ilha e a resistência de alguns moradores em conceder entrevistas, reforçam a complexidade de se estudar um local com uma dinâmica social tão particular. Contudo, esses desafios não

impediram que o trabalho cumprisse seu propósito, que foi o de dar voz a um grupo que é, muitas vezes, excluído do debate sobre a gestão de seus próprios recursos naturais.

A contribuição deste estudo reside em destacar a urgência de uma mudança de paradigma na abordagem do poder público em relação à Ilha da Fortaleza. O caminho para a sua conservação não passa apenas pela criação de novas leis, mas pela efetivação das já existentes, aliada a um processo de educação ambiental e de gestão participativa. O reconhecimento do valor cultural e natural da Ilha, por meio do ensino de História e da conscientização da comunidade, é o primeiro passo para que a população se mobilize e exija dos governantes ações que garantam que ela seja preservada para as futuras gerações.

Conclui-se que a preservação da Ilha da Fortaleza exige uma mudança de paradigma, passando da mera punição para a conscientização. A garantia de um futuro sustentável depende de políticas que incorporem, ativamente, o Ensino de História e a Educação Ambiental, pois, ao valorizar a memória afetiva e o processo histórico de ocupação, a escola forma cidadãos engajados que se apropriam da luta pela conservação, tornando a gestão participativa uma realidade. O trabalho atua, portanto, como um subsídio para que a Ilha da Fortaleza seja, de fato, reconhecida e protegida como Patrimônio Ambiental de São João de Pirabas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Isabel de; SOUSA, Silas Garcia Aquino de; SANTIAGO, Sabrina Matos. A Biodiversidade Amazônica no Arquipélago de Anavilhanas. **Revista ambientalMENTEsustentable**, Campinas, ano X, v. 2, n. 20, p. 1719-1737, dez. 2015. DOI: 10.17979/ams.2015.2.20.1695. Disponível em: <<https://ruc.udc.es/rest/api/core/bitstreams/d64e0842-29f6-4946-978d-5ce79e5789b5/content>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR 6023**: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

_____. **NBR 10520**: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edição revista e ampliada. Lisboa: Edições 70, 2016.

BEZERRA, Onilda Gomes. O patrimônio natural no contexto da conservação integrada. **Patrimônio e memória**, v. 14, n. 1, p. 51-68, 2018.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

BORGES, Paulo A. V.; AZEVEDO, Eduardo B.; BORBA, Alfredo; DINIS, Francisco O.; GABRIEL, Rosalina; SILVA, Emiliana. Ilhas Oceânicas. *In*: PEREIRA, Henrique Miguel; DOMINGOS, Tiago; VICENTE, Luís; PROENÇA, Vânia (ed.). **Ecosistemas e Bem-Estar Humano**: Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment. Lisboa: Escolar Editora, 2009. cap. 14, p. 463-510.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 jun. 2025.

_____. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acesso em: 15 mai. 2025.

_____. **Decreto nº 86.061, de 2 de junho de 1981**. Cria estações ecológicas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 jun. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d86061.htm>. Acesso em 14 jun. 2025.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário**

Oficial da União, Brasília, DF, 02 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em: 15 jun. 2025.

_____. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em: 15 jun. 2025.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 15 jun. 2025.

_____. **Lei nº 11.799, de 29 de outubro de 2008**. Recategoriza a Unidade de Conservação Federal Parque Nacional de Anavilhanas, no Estado do Amazonas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 out. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111799.htm>. Acesso em: 15 jul. 2025.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, e o art. 16 da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 15 jun. 2025.

_____. Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº 2.159, de 2021**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências. 2021.

_____. **Decreto nº 11.958**, de 21 de março de 2024. Cria a Reserva Extrativista Viriandeua, localizada nos Municípios de Salinópolis e São João de Pirabas, Estado do Pará. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 mar. 2024. Seção 1, p. 5.

_____. **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Desmatamento na Amazônia cai 21,8% em 2023. Brasília, DF, 8 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/05/desmatamento-na-amazonia-cai-21-8-em-2023>. Acesso em: 05 jun. 2025.

CARVALHO, Ely Bergo de. **Ensino de História e Educação Ambiental**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

COPERTINO, Margareth et al. Desmatamento, fogo e clima estão intimamente conectados na Amazônia. **Ciência e Cultura**, v. 71, n. 4, p. 04-05, 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Assassinatos no Ano: 2024**. [S. l.]: CPT Nacional, [2024]. 1 PDF. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/index.php/component/content/article?id=25573:assassinatos-no>

[ano-2024-e-seus-desdobramentos-a-violencia-no-campo-brasileiro?Itemid=214](#). Acesso em: 16 jun. 2025.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. O patrimônio natural no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (org.). **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume, Fapesp, Campinas, Nepam, 2009. p. 167-186.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 2000.

FERREIRA, C.S. & Cunha, O.R. Contribuição à Paleontologia do Estado do Pará. Notas sobre a Formação Pirabas com a descrição de novos invertebrados fósseis. I. (Mollusca-Gastropoda). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 2:1-61, 1957.

FREITAS, Thyanne Tavares; VERAS, Hermes de Sousa. O santo visita o rei: festividade afroreligiosa em São João de Pirabas e o complexo da encantaria na Amazônia oriental. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1, p. 491-504, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILL, Lorena e SILVA, Eduarda. Perspectivas para a História Oral. In: Pedro Robertt; Carla Rech; Pedro Lisbero e Rochele Fachineto. (Org.). **Metodologia em Ciências Sociais Hoje: Práticas, Abordagens e Experiências de Investigação**. 1ed. Jundiaí, Santa Catarina: Paco Editorial, 2016, v. 2, p. 107-126.

GOOGLE EARTH. Mapa de localização da Praia da Fortaleza, São João de Pirabas, Pará. Disponível em: <https://earth.google.com/web/data=MkEKPwo9CiExc3RkU2hzVFM2dU5ZdWdleVYwVHZSUvNxMHFFX3E5azcSFgoUMERCODRBNDExOTJDNDDBBNzU0MUQgAQ>. Acesso em: 28 ago. 2025.

IMAZON. Amazônia fecha 2024 com queda de 7% no desmatamento, mas alta de 497% na degradação. [S.l.]: Imazon, 24 jan. 2025. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/amazonia-fecha-2024-com-queda-de-7-no-desmatamento-mas-alta-de-497-na-degradacao/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **TerraBrasilis: Dashboard de desmatamento. São José dos Campos, 2024**. Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAPOLA, David M. et al. Os impulsionadores e impactos da degradação da floresta amazônica. **Ciência**, v. 379, n. 6630, 2023.

MAURY, C.J. **Fósseis Terciários do Brasil com Descrição de Novas Formas Cretáceas**. Rio de Janeiro, SGMB, 1925.

MELO, Diogo Jorge de. O Castelo do Rei Sabá: patrimônios, geodiversidade e mitopoéticas no município de São João de Pirabas (PA). **Museologia e Patrimônio**, v. 15, n. 1, 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Patrimônio ambiental brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2003.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento social e crítica ambiental no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMÁS). **ICMS Verde: Critério Ecológico no Estado do Pará**. Belém, 2021. Disponível em: <https://icmsverde.semás.pa.gov.br/Ações_Equipe_ICMS_Verde/Cartilha_ICMS_%20Verde.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

_____. **Lei nº 10.306, de 22 de dezembro de 2023**. Institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza; dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC); altera a Lei Estadual nº 7.638, de 12 de julho de 2012; e revoga os arts. 82 a 88 da Lei Estadual nº 5.887, de 9 de maio de 1995. **Diário Oficial do Estado**, Belém, PA, 26 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.semás.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/418578.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

_____. Secretaria de Estado de Turismo (SETUR). **Setur realiza visita de avaliação de produtos turísticos em São João de Pirabas**. Agência Pará, Belém, 28 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/64973/setur-realiza-visita-de-avaliacao-de-produtos-turisticos-em-sao-joao-de-pirabas>. Acesso em: 14 jun. 2025.

_____. **Diário Oficial do Estado do Pará. Belém, ano CXXXIV, nº 36.330**, 18 ago. 2025.

PEREIRA, Daniel Celso. Patrimônio Natural: Atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do IPHAN. **Rev. CPC**, v.13, n.25, Brasília, p.34–59, jan./set. 2018.

RAMBELLI, Gilson. Patrimônio Cultural subaquático no Brasil: discrepâncias conceituais, incongruência legal. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (org.). **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume, Fapesp, Campinas, Nepam, 2009. p. 51-66.

ROCHA, Lúcia Helena de Oliveira. (Org.). **Patrimônio Natural, Cultural e Ambiental: Abordagens e Perspectivas**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2010.

RIVERO, Sérgio et al. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, v. 19, n. 2, p. 273-294, 2009.

SÃO JOÃO DE PIRABAS. **Lei nº 913**, de 24 de junho de 2009. Tomba a Ilha da Fortaleza como Sítio Paleontológico no município de São João de Pirabas.

SCIFONI, Simone. **A construção do Patrimônio Natural**. 2006. Tese (Pós-Graduação em Geografia humana). Faculdade de Filosofia. Universidade de São Paulo, 2006.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB). Geossit. **Fósseis Marinhos da Formação Pirabas.** [S. l.]: SGB, [2020]. Disponível em: <<https://www.sgb.gov.br/geossit/geossitios/ver/2103>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TÁVORA, V. de A.; FERNANDES, A. C. S.; FERREIRA, C. S. Ilha de Fortaleza, PA— Expressivo registro de fósseis do Cenozóico marinho do Brasil. **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil. Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), Brasília,** v. 1, p. 139-144, 2002.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural,** 1972

VERAS, Hermes de Sousa. O santo e o encantado: a procissão afro umbandista para São Sebastião em São João de Pirabas. **Revista de Antropologia,** v. 64, n. 3, p. e189653, 2021.

VERGOLINO-HENRY, Anaísa. Um encontro na encantaria: notas sobre a inauguração do “Monumental Místico do Rei Sabá”. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILACORTA, Gisela MacAMBIRA (Orgs.). **Pajelanças e religiões africanas na Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2008.

WEATHER-FORECAST. 2025. São Joao de Pirabas. Disponível em: <https://fr.weather-forecast.com/locations/Sao-Joao-de-Pirabas/forecasts/latest>. Acesso em: 28 ago. 2025.

ZANIRATO, Silvia Helena. O patrimônio natural do Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História,** v. 40, 2010.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

PERCEPÇÕES SOBRE A ILHA DA FORTALEZA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO – SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA

Olá! Meu nome é Kete Costa Correa e estou realizando uma pesquisa sobre a Ilha da Fortaleza, em São João de Pirabas, com foco na sua importância como patrimônio natural e nas políticas públicas de conservação. Sua experiência e opinião são muito importantes para o meu trabalho. Gostaria de te fazer algumas perguntas, e ressalto que todas as suas respostas serão confidenciais e utilizadas apenas para fins de pesquisa.

ENTREVISTADOR: KETE C. CORRÊA

DATA: ____ / ____ / ____

ENTREVISTADO:

IDADE: PROFISSÃO:

MORADOR DA ILHA? POR QUANTO TEMPO?

Caracterização do entrevistado e relação com a Ilha

1 Há quanto tempo você utiliza/frequenta a Ilha da Fortaleza?

() Moro na ilha há ____ anos. () Frequento a ilha para pescaria há 6 anos.

() Frequento a ilha para turismo/lazer há 6 anos. () Outro (especificar): Festival Rei Sabá

2 Qual a sua principal motivação para estar na Ilha da Fortaleza?

() Moradia () Pescaria () Lazer/Turismo (ex: passar fins de semana, feriados) ()

Participação em eventos (ex: Festival Rei Sabá) () Outro (especificar): _____

3 Fale um pouco sobre a sua relação com a Ilha da Fortaleza

Percepção sobre a Ilha da Fortaleza como Patrimônio Ambiental

4 Para você, o que representa a Ilha da Fortaleza? (Ex: um lugar bonito, um local para pescar, um ponto turístico, um lugar de cultura e religiosidade, etc.)

5 Você considera a Ilha da Fortaleza um patrimônio ambiental do município de São João de Pirabas? Por quê?

6 O que você considera como Patrimônio ambiental?

7 Na sua opinião, o poder público tem mobilizado ações para a preservação ambiental?

As ações ou políticas públicas existentes para a conservação da Ilha da Fortaleza são eficazes? Por quê?

8 Você tem conhecimento de alguma lei, regra ou iniciativa da prefeitura ou de outros órgãos para proteger o meio ambiente da Ilha da Fortaleza? Quais?

9 Quais as ações que você considera importantes para a preservação dos recursos naturais da ilha?

10 É importante que haja políticas de conservação desse espaço? Por quê?

Impactos ambientais e uso da Ilha

11 Nos últimos anos, você percebeu alguma mudança na paisagem ou no meio ambiente da Ilha da Fortaleza? Quais?

12 Em sua opinião, quais atividades humanas mais impactam o meio ambiente da Ilha da Fortaleza?

() Construção de ranchos/moradias () Pesca () Atividades turísticas () Descarte de lixo/resíduos () Outras (especificar): _____

13 Você acredita que a construção de ranchos e outras estruturas na ilha tem contribuído

14 Que tipo de medidas você acha que seriam importantes para preservar a Ilha da Fortaleza e garantir que as futuras gerações também possam utilizá-la e desfrutar dela?

() Mais fiscalização () Educação ambiental para visitantes e moradores () Criação de uma Unidade de Conservação () Incentivo ao turismo sustentável () Outras (especificar): _____

15 Você acredita que a população de São João de Pirabas reconhece a importância da Ilha da Fortaleza como um patrimônio natural e ambiental? De que forma isso poderia ser mais valorizado?

APÊNDICE B – Entrevistas

As entrevistas transcritas a seguir foram realizadas pela autora com o objetivo de coletar dados para a presente pesquisa. As referências a essas entrevistas no corpo do trabalho são feitas pelo nome do entrevistado e o ano da coleta de dados, conforme as normas da ABNT. Por se tratarem de documentos anexados ao final do trabalho, a numeração das páginas não se aplica.

ENTREVISTA COM HENRIQUE GIOVANE DAMASCENO FONSECA, 17 DE JULHO DE 2025

37 anos, policial militar e professor de História. Não é morador da Ilha, mas frequenta para fins de lazer, religião e pesca esportiva.

KETE COSTA: Qual a sua relação com a Ilha da Fortaleza?

HENRIQUE FONSECA: Acho uma Ilha bonita, com sua preservação natural, pouca intervenção humana, dá pra gente conhecer um pouco mais da cultura dos pescadores, como a pesca de curral e a pesca artesanal, que é de linha de mão, e a pesca de espinhel e de rede, todas são diferentes uma da outra. Eu nasci em Pirabas, mas fui embora pra Belém muito criança, então só voltei a ter esse contato há uns sete anos, quando voltei pro município. E criei gosto pela pesca, por esporte mesmo, então a gente sempre se reúne e vem pra cá, pega o peixe e já faz o avoadado na hora mesmo, que fica mais gostoso. Eu também sou umbandista, então tem a relação com a pedra do Rei Sabá e o evento que acontece todo dia 20 de janeiro em homenagem à ele e Oxóssi.

KETE COSTA: Para você, o que representa a Ilha da Fortaleza?

HENRIQUE FONSECA: Todas essas opções, um lugar bonito, um local para pescar, um ponto turístico, um lugar de cultura e religiosidade. Principalmente, um lugar sagrado.

KETE COSTA: Você considera a Ilha da Fortaleza um patrimônio ambiental do município de São João de Pirabas? Por quê?

HENRIQUE FONSECA: Sim, considero, porém se não tiver uma intervenção do poder executivo e legislativo local poderá ser perdido, porque o crescimento de rancho já está muito grande na praia e a gente não vê uma fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente, somente estão criando agora uma associação independente junto com o ICMBio.

KETE COSTA: O que você considera como Patrimônio ambiental?

HENRIQUE FONSECA: Aquilo que o homem mexe, mas ao mesmo tempo ele preserva.

KETE COSTA: Na sua opinião, o poder público tem mobilizado ações para a preservação ambiental? As ações ou políticas públicas existentes para a conservação da Ilha da Fortaleza são eficazes? Por quê?

HENRIQUE FONSECA: No município, não. Não são eficazes.

KETE COSTA: Você tem conhecimento de alguma lei, regra ou iniciativa da prefeitura ou de outros órgãos para proteger o meio ambiente da Ilha da Fortaleza? Quais?

HENRIQUE FONSECA: Também não.

KETE COSTA: Quais as ações que você considera importantes para a preservação dos recursos naturais da ilha?

HENRIQUE FONSECA: O controle habitacional seria muito importante, porque vai controlar as moradias e deve também ter um controle das fossas, dos descartes dos resíduos. A área do Rei Sabá é uma área sagrada para a religião de matriz africana, não podendo ter casos ao redor, e devendo ser preservada como patrimônio imaterial e cultural.

KETE COSTA: É importante que haja políticas de conservação desse espaço? Por quê?

HENRIQUE FONSECA: Sim. Pela preservação da natureza. Uma vez ela mexida, precisa de muitos anos para se recompor.

KETE COSTA: Nos últimos anos, você percebeu alguma mudança na paisagem ou no meio ambiente da Ilha da Fortaleza? Quais?

HENRIQUE FONSECA: Sim. Nos últimos sete anos, teve criação de muitos ranchos, pousadas e restaurante na Ilha, além de uma maior circulação de turistas.

KETE COSTA: Em sua opinião, quais atividades humanas mais impactam o meio ambiente da Ilha da Fortaleza?

HENRIQUE FONSECA: Principalmente descarte de lixo/resíduos.

KETE COSTA: Você acredita que a construção de ranchos e outras estruturas na ilha tem contribuído para a modificação da paisagem e do meio ambiente? De que forma?

HENRIQUE FONSECA: Sim. Se não tiver um controle para os descartes dos resíduos inutilizáveis, como fossa, lixo doméstico, e a construção dos ranchos interfere diretamente nisso.

KETE COSTA: Que tipo de medidas você acha que seriam importantes para preservar a Ilha da Fortaleza e garantir que as futuras gerações também possam utilizá-la e desfrutar dela?

HENRIQUE FONSECA: Mais fiscalização, educação ambiental para visitantes e moradores e o incentivo ao turismo sustentável.

KETE COSTA: Você acredita que a população de São João de Pirabas reconhece a importância da Ilha da Fortaleza como um patrimônio natural e ambiental? De que forma isso poderia ser mais valorizado?

HENRIQUE FONSECA: Não, porque não tem esse incentivo. É importante incentivar, fiscalizar e promover a educação ambiental.

**ENTREVISTA COM JOCINEIDE MARIA CORRÊA DA COSTA DE PÁDUA, 28 DE
JULHO DE 2025**

66 anos, professora, não é moradora da Ilha e sim da sede do município de São João de Pirabas. Frequentava a Ilha com a finalidade de lazer e turismo.

KETE COSTA: Há quanto tempo você utiliza a Ilha da Fortaleza? Utiliza ou frequenta a Ilha da Fortaleza?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Nós conhecemos a Ilha da Fortaleza desde 1974.

KETE COSTA: 74. Há 52 anos, né?

JOCINEIDE DE PÁDUA: É, 1974. E quando nós chegamos aqui, que a gente teve conhecimento da Ilha, nós ficávamos ali na ponta, onde era a antiga Princomar, que não era Princomar, era um cemitério lá, era o primeiro cemitério de Pirabas. E aí a gente se colocava lá na ponta e a gente ficava olhando a Ilha da Fortaleza. Só que a Ilha da Fortaleza era pequena, minúscula. As cabanas que tinham, não sei como eles chamam ranchos, era somente de pescadores, não havia moradores. E a casa grande da Fortaleza, que é aqui na Ponta das Pedras, ela é muito antiga, ela é da época dos alemães, da época da Segunda Guerra Mundial, que eles faziam vistoria e tudo, procuravam as coisas para ir pela Ilha do Camaleão e por lá. Essa casa é muito antiga. E o que a gente lembra de lá da casa grande, que foi de lá que se originou a Ilha da Fortaleza, que era somente rancho de pescadores e a praia muito bonita, só que sempre existiu misticismo na pedra do rei Sabá, só que era só a pedra.

De longe a gente via era um homem de cabeça baixa lendo alguma coisa na mão. E, na época, nós íamos para lá porque o seu Pedro Bragança era quem tomava conta da casa da Fortaleza. Ele era o caseiro de lá, o seu Pedro Bragança. Então, a gente tinha muito contato com ele. Quem levou o seu Pedro Bragança, eu não lembro o nome dele, mas foi um dos senhores dos Palhanos que tomavam conta da Ilha. Que a Ilha é da Marinha, mas diziam que era dos alemães, que os alemães tinham comprado. E havia essa coisa cultural. E só existia a pedra do Rei Sabá. Só. Era cultural? Era. Mas também a gente ouvia falar muitas histórias sobre aquela pedra. Os pescadores, quando não pescavam, não conseguiam pescar, eles iam lá, colocavam cachaça lá dentro da coisa do Rei Sabá, pediam pra pescar, aí levavam uma pedrinha. E tem pescadores antigos que contavam que era verdade, porque eles vinham carregados de peixe quando faziam esses rituais. E que muitas pessoas, quando dormiam na praia, escutavam zoada, de... debaixo da terra, e ouviam o galo cantar, diziam que tudo ali era encantado. E, por isso, ninguém morava

lá. Só os pescadores iam para lá. E o pessoal de Pirabas, como nós, nós íamos para lá só na época da festividade de Rei Sabá. Era dia 20 de janeiro. Eu me lembro que o sr. Pedro Caíca, o sr. Manuel Caíca, eles faziam as regatas. Aí era de graça para todo mundo. Era daqui até na praia da Fortaleza. Não é verdade? As canoinhas tudo enfeitadas com as bandeirinhas coloridas e tudo. Aí todo mundo ia, pegava carona. Eu era uma das caronelas. Nós, de casa, a gente ia com seu Mucuinha, dona de Lourdes, que morava ali atrás, enfeitava o barquinho deles e a gente ia. E assim a gente conhecia a Fortaleza. Sol, céu, praia, mar e muito agiru e muruci. Essa era a plantação de lá.

Muito, muito, muito. E quando se subia assim, chegava perto da Praia do Rei Sabá, Era assim, parecia assim que o homem estava ali e ele era um jardineiro e estava cuidando daquele jardim, porque era um gramado perfeito. Era um gramado perfeito, como se o homem estivesse cuidando. Na verdade, era a natureza que cuidava. E a gente subia, porque era um morro, agora que ficou baixo, mas era um morro, a gente subia, atravessava o gramado, atravessava a outra ponta para chegar na Praia da Princesa. onde tinha um coração. Eu tenho uma foto, não sei onde é que está, que nós tiramos desse coração. Vou procurar amanhã, antes de eu ir, se eu achar, eu te dou, para ti ver. Aí, para tirar a foto para ti. E aí tinha aquela pedra, parecia assim que o homem tinha feito um coração de cimento armado. Na verdade, era a água que batia na rocha, né?

Ia moldando um coração. Aí, os religiosos, eles iam para lá, colocavam vela, colocavam cachaça, fitas coloridas e ficavam lá também neste coração. Não sei se ele ainda existe, mas eu sei que a Praia da Princesa lá tinha este coração. Eu vou procurar, que eu tenho foto muito antiga sobre isso, que eu levei até uma amiga de Salina para conhecer, que ela desconhecia esse fato. Então, nunca houve uma população lá. Só ia nesses períodos de festa. E aí, depois que Pirabas teve o Plebiscito, em 1988, não foi? Que começou o pessoal, veio o primeiro prefeito, que foi o seu Barroso, e começou a desbravar lá. Aí já começou a aparecer um ou dois ranchinhos. A gente passava a semana pra pescar e levava a esposa pra salgar o peixe. E tinha muito curral pra lá. E o pessoal ia. Eu me lembro que o pessoal do Palheta, do seu Raimundo Palheta aqui, que tinha o Zacaria e tudo, eles tinham...

foi um dos primeiros moradores lá, depois passando a Casa Grande, porque eles tinham curral e a esposa deles ia pra lá e ficava o tempo todo salgando os peixes pra trazer pra Pirabas. Então, foi nessa época. E daí, pra cá, que houve os prefeitos, veio o seu Raimundo Barroso, depois veio o... o Bento, aí foi se popularizando. Veio o Edivaldo, que começaram da terra, que doaram também até isso daqui, que a gente não gostou, que era a nossa propriedade particular aqui, daí enchia. Eu me lembro que tinha aquelas rosas, aquelas flores de salsa, né? Eita, vocês

brincavam, ali a gente enchia um bocado de coisa. Nossa, era muito bom. Então, aí, quando passou essa cidade, o pessoal começaram a descobrir lá. Aí já começaram a fazer propriedade. Aí, quando chegou de Bosco Moisés para cá, com autorização da marinha, as pessoas começaram a desbravar, a ir para lá e tudo.

Só que a marinha entrou em contato devido a ter preservação ambiental. Lá só é permitido se o sanitário for biológico. Eu sei, porque a minha irmã tem uma pousada lá, e é todinha, e eles fazem vistoria. É, para ver se está tudo conforme, devido à preservação, o ecossistema, não pode destruir nada, e ver se ali suporta a população humana. Tanto é que agora é restrito, não pode mais construir nada lá. Já chegou ao limite de casa. porque é uma preservação ambiental. E aquela área pertence à marinha. Não tem nada de dizer assim, ah, porque o dono é não sei quem, é o alemão, é isso e aquilo. Não, é da marinha. É do governo, é do Brasil. Só que devido a isso, para não prejudicar o ecossistema, foi reduzido o número de habitantes que tem lá e as fossas são todas biológicas. não pode ser como era. E eles fazem vistoria pessoal da saúde, a SG, não é uma coisa assim o nome?

Agente de Saúde. Elas fazem essas coisas. Então, foi do Seu Bosco para cá que começou a populacionar. E agora, no governo da prefeita Kamilly, houve uma limitação de população exatamente para a preservação do meio ambiente, do ecossistema.

KETE COSTA: Fale um pouco sobre a sua relação com a Ilha da Fortaleza, a percepção sobre a Ilha da Fortaleza como patrimônio ambiental.

JOCINEIDE DE PÁDUA: Eu nunca gostei disso. Para mim, seria só uma Ilha, não habitável pelo ser humano, que fosse para lá, mas não para explorar financeiramente, nem destruir o ecossistema, porque quando você vê quando vai, o ser humano ele não é totalmente disciplinado, ele não tem uma educação totalmente voltada para cuidar do meio ambiente. E deixa lixo, deixa plástico, deixa imundícia e tudo. Eu sei porque a minha irmã trabalha aqui só para deixar tudo limpo quando o pessoal sai da praia da parte dela. Eu acho que deveria ser mais unido, se juntar todo mundo que mora na Ilha para fazer isso, né? Porque é bonito lá, é bonito, sim, é gostoso de estar, é um pedaço que você esquece todos os seus problemas, tudo que está aqui, porque você pesca, você coloca uma rede cheia de peixe, você pega de arrastão camarão, é tão gostoso, o siri. Então, Fortaleza é assim, algo muito gostoso para se viver, mas conservar para que, mais tarde, a futura geração venha a usufruir do que os antepassados estão deixando.

KETE COSTA: Se não preservar, já não tem isso, né?

JOCINEIDE DE PÁDUA: É, verdade.

KETE COSTA: Você considera a Ilha da Fortaleza um patrimônio ambiental do município de São João de Pirabas? Por quê?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Eu não considero... Eu acho porque, no meu ver, eu não considero, porque a gente sabe que é da Marinha do Brasil. É do Brasil, não é de São João de Pirabas. E eu acho que os nossos políticos querem tomar conta porque eles visam o financeiro e não cuidar do ecossistema. Sim. É o meu ponto de vista. Querem explorar a terra.

KETE COSTA: O que você considera como patrimônio ambiental?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Aqui, deixa eu ver. Olha, um patrimônio ambiental aqui de Pirabas, que é uma casa totalmente de pedra, é um castelo. Eu já visitei ele por dentro, a casa do alemão, do seu Ernesto. Ela é um patrimônio ambiental. Ela já foi tombada pelo município.

E tem a casa também, que é lá do canto, que também já foi tombada pelo município. Ela é um patrimônio do município, do seu Castro. Lembra do Finado Castro? Aquela casa toda de barro que tem lá no canto, que ninguém mora, mas ela é preservada e ninguém pode derrubar. Tem a igreja católica, ela é tombada, ninguém mexe com ela. Ela é toda de barro, é da família Castro.

KETE COSTA: Derrubaram aquela casa.

JOCINEIDE DE PÁDUA: Mas ela é um patrimônio do município.

KETE COSTA: Tá derrubado. Não existe mais aquela casa. Cheio, lixo. Que desce bem do lado do mercado.

JOCINEIDE DE PÁDUA: Eu não sei se é perto do mercado, eu sei que ela... E aí, nos anos passados, eu fui lá e tava lá. Eu até conversei com a Socorro [Castro] sobre ela, disse que ninguém podia mexer, ela ficava lá. Eles botavam sustento nas vigas e tudo, mas ninguém podia mexer nela.

KETE COSTA: E pra mim, ela ainda tava inteira. Esse dia eu passei por lá de pé, que quando a gente passa de moto, a gente não deixa muita atenção. Aí eu olhei e disse, cadê a casa daqui? Se for a que ela morava.

JOCINEIDE DE PÁDUA: Parece que era azul, né? Era azul. A casa dela bonitona assim, e essa casa aqui...Jesus... Esses são os patrimônios, histórias daqui de Pirabas, né? Que eu considero patrimônio. Porque é no município. Lá já é uma Ilha afastada, mas que pode também se dizer que é daqui. Não sei porque não pesquisei no mapa, mas sei que ela é da Marinha do Brasil. Isso eu sei de certeza. É um patrimônio do Brasil.

KETE COSTA: Nacional, não municipal.

JOCINEIDE DE PÁDUA: Isso.

KETE COSTA: Na sua opinião, o poder público tem mobilizado ações para preservação ambiental? As ações ou políticas públicas existentes para a conservação da Ilha são eficazes? Porquê?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Olha, eu acho que isso aí... Pergunta aí, eu não sei te responder, mas eu acho assim que é pouco. Eu acho que é só quando visa o interesse deles das festas e tudo que eles se interessam. Agora assim, não posso te falar, porque... Com certeza, né? De certeza, faz muito tempo que eu não vou lá.

A água, pelo menos, é água potável, cada um tem a sua. O ar lá não é poluído, é limpo. É algo mesmo bom. Ele tem a biodiversidade lá. E o solo também é produtivo, porque ela planta lá melancia, dá muito lindas melancia dela, e gerumum, essas coisas, então o solo é produtivo. E tem pessoas que trabalham aquele solo ali como agricultor, para plantar mandioca, milho. Ela não, ela planta melancia, gerumum, as plantinhas dela, então o solo é produtivo [Referindo-se à irmã].

KETE COSTA: Você tem conhecimento de alguma lei, regra ou iniciativa da prefeitura ou de outros órgãos para proteger o meio ambiente da Ilha? Quais?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Não, não tenho, não. Mas que existe, existe, sim. Tem porque senão ela não ia fazer coisas aleatórias lá. Deve existir, mas eu desconheço. E também sei que da Marinha também tem.

KETE COSTA: Tem a fiscalização, não é?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Tem, é. Todos os dois têm, só não sei qual é.

KETE COSTA: Quais as ações que você considera importantes para a preservação dos recursos naturais da Ilha?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Eu me esqueço se essa ação culmina da Faculdade Federal estava fazendo lá, que eles estavam fazendo coisas de conscientização, limpavam a praia, vieram aqui em Pirabas nas escolas, dar palestra sobre lá. Eu me esqueço o nome. Até o TCC do meu sobrinho, do Romeu, filho da Luciana.

Eles fizeram todo canto, foram lá para a Ilha e fizeram a conscientização da preservação do ecossistema. Foi feito por eles. Agora eu não me lembro qual era esse projeto.

KETE COSTA: É importante que haja políticas públicas de conservação desse espaço?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Sim. Sim, porque, já que existe a religiosidade, a cultura que vem dos nossos antepassados e que continua acontecendo, só não gosto daqueles negócios que eles botaram lá, que não é nada natural.

KETE COSTA: A construção daqueles vultos?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Aquelas estátuas que deveriam ser preservadas do jeito que eram, naturalmente mesmo. Essa que era para ser a preservação. Mas eles preservam. Agora as estátuas eles preservam, né?

KETE COSTA: Foi já uma construção humana, né?

JOCINEIDE DE PÁDUA: É, uma construção humana que interviu e tudo, mas eles cuidam dessas obras. Tem esse cuidado.

KETE COSTA: A questão lá dos que cuidam da festividade, que zelam por lá.

JOCINEIDE DE PÁDUA: É, mas também a Secretaria de Cultura, ela zela por lá.

KETE COSTA: Quais os impactos ambientais no uso da Ilha, na tua opinião? Você acha que houve desde o tempo que conheceu lá atrás até os dias atuais?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Eu acho [que] o índice populacional foi um dos grandes impactos. Porque com o índice populacional, o que aconteceu? Eles levaram uma muvuca de cachorro pra lá. O que acontece? Porque não tem aquela conscientização de juntar as fezes dos animais, aonde dá coceira, dá alergia nas pessoas. Acontecem muitas coisas por causa disso. Então, isso foi o que aconteceu na Croa Nova. O índice, o inchaço populacional e a falta de conscientização. Aconteceu o quê com aquela Ilha? A Croa Nova, né? Acabou por causa disso.

KETE COSTA: Em sua opinião, quais atividades humanas mais impactam o meio ambiente da Ilha da Fortaleza? Aí tem os exemplos. Construção de ranchos, moradias, pesca, atividades turísticas.

JOCINEIDE DE PÁDUA: O que impacta é a moradia e construção de rancho. A pesca não. Acontecia a pesca artesanal há muito tempo, era ótimo. Mas o índice populacional já foi até respondido nesse momento. Aí tem aqui também descarte de lixo, resíduos e outros.

KETE COSTA: Você acredita que a construção de ranchos e outras estruturas da Ilha tenha contribuído para a modificação da paisagem e do meio ambiente?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Sim.

KETE COSTA: De que forma?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Não de forma, vamos dizer assim mesmo, não de forma, deixa eu ver a palavra adequada para isso. Pelo crescimento estrutural saudável, salutar, não. Ele não cresceu para isso. Ele cresceu em insalubridade. Em insalubridade. Coisas que não existiam ali. Porquê? Isso causado pelo índice populacional. Porque ela perdeu a característica dela, como era a Ilha, você ia pra lá, você levava a sua família. Não tinha hotel, não tinha restaurante, você levava o seu anzol, pegava o peixe, fazia o seu avoadado ali, comia, limpava, apagava o fogo, era ou não era? Tudinho, não deixava nada que viesse prejudicar o meio ambiente. Trazia o seu lixo e agora não, o pessoal deixa lá. É latinha, é garrafa, é tudo quanto é lixo. Então é dessa maneira que veio contribuir com a insalubridade do lugar.

KETE COSTA: Que tipo de medidas você acha que seria importante para preservar a Ilha da Fortaleza e garantir que futuras gerações também possam utilizá-la e desfrutar? Aí tem os exemplos, mais fiscalização, educação ambiental para visitantes e moradores.

JOCINEIDE DE PÁDUA: Educação ambiental para visitantes e moradores, que não tem isso. A criação de uma Unidade de Conservação e incentivo ao turismo sustentável. Sustentável é válido, porque os pescadores que estão lá e tudo, trabalhando e tudo, tirando seu sustento, mas eles também têm que saber preservar, então eles têm que ter essa preparação aí.

Mãos dadas pra fazer um trabalho, um crescimento mesmo. com certeza, com uma interação realmente do homem com o meio ambiente, com a natureza. Aí, sim, vai para frente. E é muito bonito, porque muitas pessoas que estudam essa parte, na geografia, na geologia e tudo, vão em busca desse conhecimento.

KETE COSTA: Você acredita que a população de São João de Pirabas reconhece a importância da Ilha da Fortaleza como patrimônio natural e ambiental? De que forma isso poderia ser mais valorizado?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Entendi. Divulgando nas divulgações, de maneira disciplinar, na preservação, Entre o homem e a natureza. Entre o homem e a Ilha da fortaleza. Dessa maneira eu acredito.

KETE COSTA: Então bem. Só através desses ensinamentos ela poderia ir pra frente. Se continuar assim acredita que não, né?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Não. Aleatoriamente, não.

KETE COSTA: Você já ouviu falar sobre a criação da reserva do ICMBio, que em 2024 veio legalizar a Ilha como uma reserva extrativista. Tu acha que foi benéfico?

JOCINEIDE DE PÁDUA: Eu nem sabia que o ICMBio vinha pra cá. Eu estudei Educação Ambiental pelo ICMBio, pelo Instituto Chico Mendes, em Paraupébas, que tem umas pra cá, eu não sabia, não.

Está evoluindo, eles estão expandindo, estão se mostrando interessados em modificar isso, para eu não vir destruir. Um patrimônio muito bom, mesmo benéfico, principalmente para os estudos de universidade. Pesquisas profundas, pesquisas náuticas nossas.

Eu me lembro, agora que eu não vejo mais, os carros da universidade, os anos, paravam aí, né? Para lá, para estudar. E eu me lembro que uma vez eu cheguei lá, e o troço foi muito, porque eu vi um estudante, ele é de panteologia, né? E ele estava lá naquelas pedras, do mirante, bem em frente, lá é um deles. E aí você tira, tem uns fósseis, sai perfeito, igual uma conchinha, igual um peixe, igual tudo, porque eles foram grudando na rocha. E eles foram fazer a transformação dele. E o rapaz falou tanto, mas ele falou tanto que eu fiquei encantada, viu? Pelas coisas que ele tirava com todo cuidado e tudo, colocando nos vidrinhos para levar para estudar. Os fósseis.

KETE COSTA: Bem, Jocineide, eu vou encerrar aqui a entrevista. Agradeço desde já a sua colaboração e espero que futuramente esse trabalho venha servir para alguma coisa com finalidade de melhorar.

ENTREVISTA COM JULIANA NEVES CARVALHO COSTA, DIA 23 DE JULHO DE 2025

36 anos, jornalista. Maranhense. Mora em São João de Pirabas há seis anos. Não mora na Ilha da Fortaleza. Frequenta o local por lazer e para participar do Festival Rei Sabá.

KETE COSTA: Fale um pouco da sua relação com a Ilha da Fortaleza.

JULIANA NEVES: A Ilha da Fortaleza representa um marco na minha chegada em Pirabas. O primeiro contato que eu tive foi durante o Rei Sabá [Festival] e aquilo pra mim foi encantador, amor à primeira vista, porque eu atuo na área de produção cultural e principalmente por eu ser umbandista e essa relação com a Encantaria me atrai muito. É um lugar paradisíaco, já viajei muito por aí, mas é difícil você encontrar um ambiente ainda tão preservado, e eu digo ainda porque as coisas têm mudado nos últimos anos, o que é preocupante. Você chega na Fortaleza, não tem aquele mundaréu de lixo, de carro de som, de gente interrompendo teu descanso, como é em Salinas, por exemplo. Eu vou pra praia pra descansar, pra pensar na vida, como pensa com três músicas diferentes disputando teu ouvido?

KETE COSTA: Para você, o que representa a Ilha da Fortaleza?

JULIANA NEVES: É isso, a Ilha da Fortaleza, pra mim, é o vínculo com o sagrado, com a nossa ancestralidade. Nesse contexto de patrimônio ambiental, da tua pesquisa, é um lugar que merece mais atenção das autoridades, da própria comunidade pirabense, para que não se acabe, porque ela também representa um patrimônio cultural, infelizmente aquela área do Complexo Mítico Rei Sabá está detonada, quando a gente propõe uma melhoria, logo vem a recusa da própria gestão, é igual essa regularização de rancho, “não pode, não pode”, mas todo dia aparece um novo. Honestamente, acho uma vantagem a Ilha não ser tão acessível porque a intervenção do ser humano é cruel.

KETE COSTA: Você considera a Ilha da Fortaleza um patrimônio ambiental do município de São João de Pirabas? Por quê?

JULIANA NEVES: Com certeza, inclusive ela é tombada pela Prefeitura por causa do Sítio Paleontológico que existe lá. É uma lei de 2009, salvo engano. Porque lá tem muitos fósseis marinhos do tempo do Cenozóico, mas, ao mesmo tempo, não vejo nenhum cuidado em relação a isso, nenhuma preocupação efetiva em preservar o local. É uma coisa que não posso provar, mas são muitas histórias de pessoas que chegam lá, pegam o material e simplesmente levam, é

uma espécie de saqueamento mesmo, porque não tem fiscalização e acho que as próprias pessoas daqui, a maioria, não tem a dimensão disso, tampouco os órgãos responsáveis estão preocupados em fazer essa conscientização. Além disso, tem a própria beleza da Ilha, da Praia em si.

KETE COSTA: O que você considera como Patrimônio ambiental?

JULIANA NEVES: Olha, o Patrimônio Ambiental, até onde eu entendo, é aquilo que a natureza ou até o mesmo homem cria, mas que gera um valor histórico pra identidade daquela população, daquela comunidade. É o que caracteriza aquele lugar, como os próprios manguezais, por exemplo. Quando você fala, vou em São João de Pirabas, as pessoas perguntam: “Vai na Praia da Fortaleza?”. Então, pra mim, a Ilha é a cara de Pirabas.

KETE COSTA: Na sua opinião, o poder público tem mobilizado ações para a preservação ambiental? As ações ou políticas públicas existentes para a conservação da Ilha da Fortaleza são eficazes? Por quê?

JULIANA NEVES: Não, pode até haver ações esporádicas, mas nada pensado há longo prazo. A Ilha é tombada, mas quem sabe? Isso serve de quê? As pessoas vão lá, pegam o que querem, constroem, deixam o lixo delas. Não resolve uma equipe ir lá durante o Rei Sabá e limpar. E as ações de conscientização? Os projetos que ensinam às pessoas como descartar os resíduos? Tudo isso falta. O Complexo Mítico Rei Sabá tá perdendo a força, a gente que é da Umbanda sabe. Os encantados não ficam mais lá, por causa do desprezo, da falta de respeito com o sagrado e com a própria natureza. Tem uma pedra lá, chamada Coração da Sereia, quando gravei meu documentário sobre o Rei Sabá, no começo de 2024, ela estava intacta. Quando tenho a oportunidade de ir, sempre vejo ela se deteriorando, já está rachada no meio e eu tenho depoimentos dizendo que ela tem décadas. Isso só foi acontecer agora, não é à toa.

KETE COSTA: Você tem conhecimento de alguma lei, regra ou iniciativa da prefeitura ou de outros órgãos para proteger o meio ambiente da Ilha da Fortaleza? Quais?

JULIANA NEVES: Tem essa lei do tombamento da Ilha, que é de 2009 (Lei nº913/2009) e tem a que estabelece o Festival Rei Sabá como patrimônio imaterial, essa é mais recente.

KETE COSTA: Quais as ações que você considera importantes para a preservação dos recursos naturais da ilha?

JULIANA NEVES: Controle habitacional, anunciam que tem que regularizar os ranchos na Secretaria de Meio Ambiente, por exemplo, mas não ficam claros os critérios e a gente só vê o número de construções aumentando. Da mesma forma, não vejo nenhuma movimentação de limpeza permanente, que mantenha pelo menos alguma periodicidade. A educação ambiental também é extremamente necessária, as pessoas precisam entender o valor da Ilha como um conjunto, na questão natural, ambiental, cultural, como sítio paleológico. Na verdade, quando se fala em preservar dos recursos da Ilha, vemos pouco ou nada sendo feito.

KETE COSTA: É importante que haja políticas de conservação desse espaço? Por quê?

JULIANA NEVES: Claro que sim! Pra que ele permaneça. Se continuar como está, no ritmo das mudanças que acompanhei nos últimos anos, a Ilha da Fortaleza vai ser totalmente prejudicada. Tudo acontece na surdina. Olha o exemplo da Croa Nova, um empresário chegou e disse que negociou a Ilha em um leilão pro mercado de carbono, quem questionou do legislativo, do executivo? Ninguém sabe de onde veio. Agora estão fazendo um movimento de criação de Resex junto ao ICMBio, não sei como está, pra falar a verdade. Mas, também às escuras, porque as pessoas só dizem: “vieram aqui e disseram que não pode isso, não pode aquilo, quebraram minhas coisas”. Isso não é conscientizar, é violentar a moradia e o lazer. É urgente organizar, mas não dessa forma. Quando você ensina uma pessoa, tá ensinando também as próximas gerações, porque aquele conhecimento vai ser levado adiante. O que me preocupa dessa questão de Resex é ser mais uma jogada política, infelizmente o que eu vejo é a Amazônia ser fatiada, principalmente a nível estrangeiro, e as pessoas pensam que Pirabas está isenta disso. Pelo contrário, não tem fiscalização, não tem educação ambiental, é o lugar perfeito!

KETE COSTA: Nos últimos anos, você percebeu alguma mudança na paisagem ou no meio ambiente da Ilha da Fortaleza? Quais?

JULIANA NEVES: Muita, já falei um pouco disso. O Complexo Mítico Rei Sabá está abandonado. Os antigos dizem que aquele lugar era muito lindo, que parecia que era cuidado, como m jardim, com diversos bichos e uma força enorme. Isso já não existe mais. Da mesma forma a praia como um todo, os ranchos se multiplicaram de uma forma assustadora, assim como o lixo, os cachorros que ficam largados lá. É de uma violência tremenda com o espaço.

KETE COSTA: Em sua opinião, quais atividades humanas mais impactam o meio ambiente da Ilha da Fortaleza?

JULIANA NEVES: Principalmente a construção de ranchos e o descarte de lixo. A pesca não tanto, porque é algo que sempre aconteceu, só precisa continuar com sabedoria porque, pelo que falam, já reduziu bastante o número de peixes. E, realmente, antes a gente ia confiante que ia pescar o almoço, agora a gente leva por garantia. Quanto ao turismo, Pirabas não explora muito isso. Tem algumas iniciativas, mas normalmente estão associadas a pessoas que trabalham na própria prefeitura. Houve uma tentativa de articulação junto ao Estado, mas aqui dentro mesmo as pessoas não se interessam muito.

KETE COSTA: Você acredita que a construção de ranchos e outras estruturas na ilha tem contribuído para a modificação da paisagem e do meio ambiente? De que forma?

JULIANA NEVES: Muito, não era um espaço que as pessoas deveriam só chegar, construir e pronto. Qualquer ação humana, por menor que seja, intervém no meio ambiente. Antes, os recursos usados pra construir os ranchos, por exemplo, era da própria Ilha, agora tem que levar da cidade porque tá ficando escasso, da mesma forma que chegam lá, pegam o que acham interessante e levam. Os ranchos, em particular, têm a questão das fossas, do lixo, de ir empurrando a vegetação pra mais longe, tudo isso modifica a paisagem.

KETE COSTA: Que tipo de medidas você acha que seriam importantes para preservar a Ilha da Fortaleza e garantir que as futuras gerações também possam utilizá-la e desfrutar dela?

JULIANA NEVES: Precisa de tudo, mais fiscalização, educação ambiental para visitantes e moradores, a criação de uma Unidade de Conservação, que já está em andamento e o incentivo ao turismo sustentável, porque também é perigoso essa exploração do espaço acontecer de qualquer forma.

KETE COSTA: Você acredita que a população de São João de Pirabas reconhece a importância da Ilha da Fortaleza como um patrimônio natural e ambiental? De que forma isso poderia ser mais valorizado?

JULIANA NEVES: Não, não reconhece justamente porque não tem educação ambiental. Como eu vou valorizar aquilo que desconheço o valor? As pessoas não entendem que a Ilha é de Pirabas, entendem que é uma parte importante da natureza, mas creio que em sua maioria não têm dimensão disso. Infelizmente, é uma cidade rica ambientalmente falando, mas pobre em emprego, oportunidades, educação, o povo tá lutando todo dia pra sobreviver, pra pegar seu “muão”. Acho que todo esse cenário dificulta que tenham essa consciência.

ENTREVISTA MARIA MILTA FERREIRA LIMA, DIA 22 DE JULHO DE 2025

59 anos, aposentada, nasceu e morou na Ilha até os 9 anos de idade, depois retornou a Ilha, onde construiu seu rancho no ano de 2019, com finalidade de lazer. Registrou, no início da entrevista: “Me sinto bem fisicamente nele, eu me sinto muito bem em estar lá e é uma lembrança assim do meu crescimento, meu nascimento e eu me sinto muito bem em estar, se eu pudesse eu moraria, infelizmente eu não tenho condições de morar, mas ninguém quer me acompanhar”.

KETE COSTA: Fale um pouco sobre sua relação com a Ilha da Fortaleza?

MARIA MILTA LIMA: Olha, a gente quando criança a gente trabalhava despescando curral com o papai, pescando, pegando siri, camarão para a nossa sobrevivência, né! A gente fazia esse percurso da praia do Areião até a Praia da Fortaleza juntando, meu pai era tipo assim, reciclava era pedaço de corda, banda de sandália, balde que encostavam, tudo, tudo a gente trazia, a gente vinha não era só eu, era eu mais minhas irmãs, meus irmãos e a gente vinha da Praia do Areião pra Praia da Fortaleza e retornava, saia as cinco da manhã e retornava as seis da tarde, às vezes até tarde porque dependendo duma entrada, que eu não sei como tá agora, que eu ainda não fui agora pra lá pro Areião, tinha um córrego que ele enchia, então quando chega o tempo da maré enchente a gente tinha que ficar do lado daqui ainda da Fortaleza pra poder atravessar pra praia que nós morava, todo dia era aquele percurso a gente fazia nessa trajetória nossa de criança, nove anos de idade.

KETE COSTA: Depois que a senhora veio morar para Pirabas, a senhora passou a frequentar a Ilha por lazer, qual a sua experiência?

MARIA MILTA LIMA: A experiência de lazer é assim como eu tou te falando, eu me sinto bem, lazer pra mim ali é tudo pra mim, e...esqueço que eu moro aqui, eu esqueço que eu tenho outra família, pra mim tudo é lá, lá a minha vida assim...eu tenho minha irmã mais velha ela, diz que ela se sente triste, ela não gosta de ir, ela tem uma casa ali que ela tá fazendo, ela não gosta de ir por que diz que a lembrança dela de infância, pois eu não, a minha lembrança de infância é como se eu tivesse vivido agora tendeu? Tudo pra gente assim... Essa semana passada que eu estava lá, foi um pessoal lá também fazendo entrevista comigo sobre o porquê? Porque eu não sei. Sendo sincera aqui pra você, se eu pudesse eu moraria lá, o lugar que eu escolheria para findar meus dias seria lá, né! Quem sabe um dia eu não vou chegar esse tempo lá, que o cantinho já tem lá. Gosto de tá pescando meu siri, chegar na maré e eu chegar lá e pegar meu siri subir cozinhar e comer, pescar, sempre, geralmente a gente vai põe a rede, num dá pra mim

colocar sozinha a rede, mas aí tem o parceiro lá e vamo lá! Pra mim, essa é minha experiência de agora, né! De lazer, me sentir muito bem.

KETE COSTA: Uma pergunta importante, a senhora tem uma visão de olhar pra Ilha e considerar ela como patrimônio ambiental? Quando eu falo em patrimônio ambiental, ele tem aquele sentido onde eu vou resumir, patrimônio é aquilo que a gente dá um certo valor e ver aquele valor para que a próxima geração possa usufruir daquilo. A senhora tem essa concepção, nesse caso, a senhora veria a Ilha como patrimônio ambiental, a natureza, a praia?

MARIA MILTA LIMA: Deixa eu te dizer aqui o que representa pra mim. Um lugar bonito entendeu? Um lugar aconchegante, né? e todo mundo que vai lá não quer ir só uma vez, quer voltar né!

KETE COSTA: A senhora usa o lugar como finalidade de religiosidade?

MARIA MILTA LIMA: Olha na verdade, eu venho desse, desse coisa que eu te falei né! O meu pai, a minha mãe ainda tem uma pedrazinha lá que ela considera que ele é o Rei Sabá, mamãe tem lá no quarto dela, entrou pra ser crente nós entrou pra ser crente, eu entro, começo a frequentar a igreja, mas no mesmo instante eu volto pro meu mundo, entendeu! Volto pro meu mundo, olha eu tô desde outubro que eu não fui mais pra igreja, tipo assim, porque é... já vem essa cultura de família assim, sabe! Aí eu me sinto, pra mim, olha, eu... pra te ser sincera eu de noite, eu sinto a presença de algo estranho, que não me mete medo, não me mete medo, entendeu! E tem gente que chega lá a primeira vez, como eu tô te falando, essa semana agora que passou um jovem foi com a gente, e ele ah! Eu vi um cachorro preto lá perto do freezer, aí e tava assim...aí eu disse assim: - ah! Mano não te assusta, porque tem alguém aqui [que] rodeia tudinho. Ninguém vê mais eu vejo, só que eu não preciso tá dizendo pra ninguém, não consigo decifrar o que é, mas tem algo ali que ... tem, então essa geração que gente já trás de lá, de adolescência, de criança que papai passava pra gente, então eu vejo esse lado.

KETE COSTA: A senhora frequentou bastante tempo até a sua infância ou até a senhora se converter pro evangelho? A questão de participar no Festival Rei Sabá?

MARIA MILTA LIMA: Sim, nós brincava por debaixo daquelas pedras, que hoje já não dá mais pra ver, mas nós brincava. Tipo assim, era igual um tubo , tinha uma árvore que hoje essa árvore, ela morreu, o pessoal depredaram todinho a bicha, que aquela beirada ali era muito bonita, tipo assim esse limãozeiro abeirando todinho, aí a gente ia brincar, quando o papai ia pescar, ele levava a gente e às vezes o papai ia tarrafiar, que tarrafiar é só uma pessoa aí nós se

escondia dele e ficava brincando por debaixo ali daquelas pedras e nós não se feria de jeito nenhum, até eu ando descalço ali faz de conta que eu tô andando no chão.

KETE COSTA: Quando a senhora fala depredar, foi as pessoas que destruíram?

MARIA MILTA LIMA: Foi, foi as pessoas que destruíram, os humanos mesmo que destruíram, porque parecia que tinha moradia de pessoas antigas né, tipo assim das entidades, parecia não, que era, a gente ali sentia algo estranho quando chegava ali, eu não sei ali as outras pessoas, mas eu ainda sinto, eu ainda sinto. Eu fui em janeiro depois do Rei Sabá, eu prometi que se eu conseguisse a minha aposentadoria, eu ia levar uma oferenda e eu fui, levei, só que eu mandei o menino me levar na voadeira, e eu andei um pouco, que ele disse que chegar muito próximo não dá, daí eu fui andando, deixei lá, entreguei o que eu tinha, que eu pedi, né! O que eu não consegui lá dentro da igreja, tipo assim na minha religião, passei uns três anos e não consegui, saí, que eu me afastei e eu já consegui, tipo, por Deus primeiramente e a minha, tipo assim, como diz o Antonio [esposo]: “não sei nem o que tu é”. Meu marido fala pra mim ‘porque ele trabalha, tipo ele vende, ele não trabalha, o pessoal confunde, algumas pessoas, ele vende os materiais e ele diz pra mim: “-ah eu não gosto de ir”. Aí eu só vou mesmo quando ele não tá. “Só pra não perder os freguês, mas eu não gosto”. Porque parece que eu tenho um dom, parece não, que eu tenho, às vezes eu até sinto quando algo tá pra acontecer, eu tenho uma nora que ela diz que não gosta que eu abra a boca pra falar as coisas que acontecem, é a Juliane: “-eu não gosto que dona Milta abra a boca pra falar as coisas que as coisas acontecem, eu tenho medo da boca dela”.

KETE COSTA: Essas pessoas que destruíram lá a área onde a senhora brincava quando criança, foi durante a festividade ou foi por maldade mesmo?

MARIA MILTA LIMA: Não, foi por maldade mesmo, as pessoas que realmente iam lá não era só as pessoas que moravam, quase que não davam valor, algumas que sim. Eu tô te falando que nós era dedicado ali, e os outros que vinham de fora não, destruíam, eram as pessoas que não gostavam, eles não moravam na Ilha, eram pessoas que moravam pra praias, pescadores, pescador de fora encostavam por lá e tentavam destruir, cortar os paus pra enfiar lá nos curral, e pra cercar rede, é tinha um pessoal que cercava que fazia cercado de zangava que na época era umas redes de nylon que eles cercavam, tipo assim, parece um tamanho de uma casa ai faziam tipo um curral, não sei se tu sabe o que é curral, pois é, aí eles faziam tipo aquele curral e e ficavam os paus lá na frente mesmo da praia do Rei Sabá, aí eles começavam a cortar os paus de lá né, os matos e aí iam fincar lá para pegar peixe, pegavam peixe lá pela praia e

deixavam muito peixinho, a gente ia lá. Vinha de lá e juntava aqueles peixes e levava tudo, a gente fazia tudo esse processo, aí eles vinham cortando, tirando os paus por conta própria, aí as árvores foram, é... morrendo e hoje eu vejo, sabe, eu me sinto triste de ver isso quando eu vou lá, por que a gente sabe, a gente chegou a ver como era, era assim como se tivesse alguém cuidando ali, sabe, cuidando ali tudo, era tudo perfeito, tu passava a sombra do sol debaixo, lá ninguém ia, num tinha uma aranha pra picar a gente, lá não tinha, a cobra, muito difícil pra gente ver uma cobrinha assim correndo no mato, era muito, muito bacana ali, era perfeito, se as pessoas não tivessem mudado aquilo, hoje seria muito bem melhor aquele ambiente ali pra quem acredita.

KETE COSTA: No caso, a mão do homem interferiu no curso natural lá da área da pedra do Rei Sabá?

MARIA MILTA LIMA: Sim.

KETE COSTA: Você considera a Ilha da Fortaleza patrimônio ambiental do município de São João de Pirabas? Por quê?

MARIA MILTA LIMA: É, porque é próximo, é de Pirabas né! Inclusive agora tão numa briga aí com essa tal de Resex lá num sei o quê, que é pra se apossarem, agora depois que se apossarem disso aí, aí mana, as coisas vão piorar pras pessoas, porque já vão mudar, vão querer fazer totalmente diferente, que eu soube que já vão fazer, diz que já soube por alto, entre aspas, que alguém que está se envolvendo, ouvi de uma outra pessoa que vão diz que tirar os ranchos e vão subir, diz que dar pra gente os lotes, que diferença, como é que a gente vai fazer isso? Isso só vai ser rico que vai subir pra fazer, e aí as pessoas que frequentam, que gostam de viver lá, que amam aquele lugar já vão ficar tudo de fora, porque só vai ficar pros ricos, e eu até penso nessa situação sabe, às vezes eu tô lá olhando, é de tarde assim, eu fico sentada olhando, pensando do que eu vi pra agora que eu tô vendo e ouvindo o que eles querem fazer, os planos pro futuro.

KETE COSTA: O que você considera como patrimônio ambiental?

MARIA MILTA LIMA: Toda aquela área

KETE COSTA: Na sua opinião o poder público tem mobilizado ações para preservação ambiental, as ações ou políticas públicas existentes para conservação da Ilha da Fortaleza são eficazes? Por quê?

MARIA MILTA LIMA: Olha, eu acho que não, tenho certeza que não, porque se fosse, que preservasse essa situação seria bem melhor só ver esse lado, tipo assim pessoal. O problema é como se diz assim político que se trata disso aí é político, então ele só vejam os lados deles, tipo ah! Eu vou cuidar desse aqui porque daqui eu tô tirando, o resto que se lasque.

KETE COSTA: Nesse caso então não tem, só a parte que é benéfica pra eles?

MARIA MILTA LIMA: Exatamente.

KETE COSTA: Você tem conhecimento de alguma lei, regra ou iniciativa da prefeitura ou de outros órgãos para proteger o meio ambiente da Ilha da fortaleza?

MARIA MILTA LIMA: Olha, eu tenho no meu celular que a minha sobrinha imprimiu que, como ela tem um negócio lá de um drone, ela diz que o mapa diz que Pirabas não tem, na Fortaleza não tem, não entra no mapa, ela me mandou tudo, mas eu num imprimi isso aí, que ela diz que as leis, os direitos e deveres, ela me mandou tudo isso aí pra mim ler direito. Eu digo: “ah Nete, esses negócio. deixa isso pra lá”. “Não, tia, a senhora tem que saber, porque é o direito que tá tudo no meu celular que é pra eu imprimir pra mim ver os direitos e os deveres, inclusive ela mandou o Isaac [filho] mandar fazer uns negócios lá de pneus pra juntar reciclagem das coisas que o pessoal jogam faz isso aquilo outro e ela já mandou, falta só desenhar, fazer o nome lá que serve lá o negócio, demora vai tá cheio de lixo lá que não botam nem nome, na verdade eu ainda não li isso aí, mas ela já mandou. No caso, ela disse que tem. Ela já mandou, ela vê tudinho o mapa, ela é bioquímica e é jornalista ela, então ela vem sexta-feira, ela já me mandou faz é dias, ela só vive me perguntando se eu já imprimir, eu digo: “Não, ainda não deu tempo”. Ela diz: vai lá no cyber e imprimi isso aí pra senhora saber, por quê quando estavam no negócio da medição do rancho, e...que a gente, que o meu filho limpou da onde é perto de lá do restaurante até passando do Wilsinho [vizinho de rancho], que agora eles deram pro Wilsinho esse pedaço, né, aí que ele foi cadastrar, mandaram eu cadastrar, porque está no meu nome, porque como eu tenho toda a documentação de pescadora carteira da Marinha, seap, todas as coisas, como meus filhos não têm, vivia no nome do Isaac, o Isaac não tem, só tem carteira de pescador, mas só pesca quando vai pra lá aí, aí ele: “Mãe, ponha no seu nome, qualquer coisa esse negócio de Resex aí, nem todos que tem rancho lá tem documento que a senhora tem, então ponha no seu nome”. Aí eu cheguei lá e me disseram que não pode fazer daqui pra cá. Aí a Nete disse: - “tia, eu vou mandar isso daí”. Foi que ela mandou isso aí, foi que ela mandou eu ainda não li, tá no meu telefone, os deveres e os direitos o que eu não tenho e o que tenho.

KETE COSTA: Foi uma equipe da prefeitura que foram lá medir todos os ranchos, mediram todos os ranchos, falaram com todos os moradores?

MARIA MILTA LIMA: Sim, tinha um prazo determinado, aí como eu tô falando pra vocês aqui na nossa conversa, é as coisas mais pro lado pessoal, porque: “ah num pode fazer mais rancho”, mas o pessoal continua fazendo lá. Hoje, juíza tem dois, três ranchos, vereadora lá de Salinas tem são três ranchos, uma vereadora lá de Salinas comprou já depois desse projeto que foi cadastrado tudinho, ai tavam reclamando por causa da nossa fossa que tava lá, ai o Issac foi comprou os camburão, já fizemos todo o procedimento lá, inclusive eu falei que o Ivan ia puxar um quarto aqui pro lado né, que é porque, é...como ele disse: “-quando a gente tiver na bebedeira a mamãe tá dormindo pra cá ai ouve a conversa que ninguém pode fazer mais”. Pois nós vamos fazer, nós num vamos mexer na estrutura pra lá, nós vamos emendar perto do banheiro, entendeu?

Olha, a minha sobrinha disse que pode, aí eu confio nela porque o que ela manda pra mim é baseado no que a advogada, que é amiga dela, então ela sabe todos os trâmites. É, tem seus porquês aí por trás, né?

KETE COSTA: Quais as ações que você considera importantes para a preservação dos recursos naturais da Ilha?

MARIA MILTA LIMA: Tem os peixes lá, tem umas espécies de peixes, tem até pirapema lá no meio desses igarapés, tem. Essa minha sobrinha quando ela vai, ela só vai pra tirar foto, ela vai filmando tudo, ela entra por todo aquele mato, é Milena, ela, e a advogada que vem com ela. Elas somem, quando elas vêm é foto de tudo que ela vai vendo, ela vem quinta-feira.

KETE COSTA: O que a senhora considera importante, quais as ações que a senhora acha que deveriam ser feitos para preservar essa natureza, para preservar esses peixes? Preservar a própria Ilha?

MARIA MILTA LIMA: Tipo assim, era pra ajeitar, organizar ali, num deixar as pessoas pegarem, organizar, fazerem tipo uns tanques, né. Organizar, tipo não deixar aquilo, tá lá o peixe daí o pessoal vai lá e pegam, tiram os filhotes dos peixes, às vezes, muitas vezes estragam, inclusive eu tenho visto outra situação. Eles tão pegando os peixes e jogando lá, eu fiquei triste, que até enchi uma baciinha de peixe, fui com o Zé Carlos pegar siri e os peixes lá, arrastam a rede do camarão de noite e aqueles cinturão que tava lá, aqueles bico doce, aqueles outros peixinhos, deu dó de ver aquilo. Todos os peixes tava tudo bom. Trouxe e salguei e acabei

deixando no barco do seu Valdete com tudo lá dentro a bacia e é assim, preservar essa situação. Ontem nós fomos lá no mar, na frente lá que tão pegando e esses que tem nos igarapés, que é os lagos, que nós chama lago, é tipo assim chega o verão fica pouca, mas não seca, que fica igual uma coca-cola lá, a água bem escura.

Aquela água fica igualzinho devido o ajuruzal todinho. Ali era pra eles fazerem a gestão, esse secretário de turismo, tipo, ele deveria fazer levar mais a situação a sério, a situação porque daqui mais um tempo não vai existir mais nada, não tem nada, vão destruir tudo, os restos que ainda tem e aí a gente não encontra mais.

KETE COSTA: Nos últimos anos, desde que a senhora era criança, observando algumas coisas, quais os impactos através do uso das Ilhas? O que tem acontecido, mudado daquela época para agora?

MARIA MILTA LIMA: Ah, tem mudado muito. Olha, no mundo que nós estamos agora, foi pra melhor, pra mim foi pra melhor. Sim, foi pra melhor.

KETE COSTA: Antes eram poucas famílias que moravam lá?

MARIA MILTA LIMA: Sim, eram pouquíssimas famílias e não tinha assim, pra você ir pra lá tu tinha que ter tua canoinha, porque hoje não, hoje ah eu quero ir lá de manhã e voltar de tarde, tá lá pago, mas tem alguém que vai levar e trazer, na época não. Nós vinha todo dia mas nós não precisava de combustível, era as pernas mesmo ia lá e voltar, então, nós num precisava. O pessoal pouco conhecia, até a gente que morava aqui não conhecia, eu conheço gente já bem idosa que nunca foi. O acesso ficou mais fácil.

KETE COSTA: Com esse acesso facilitado, a senhora acha que o homem ele está interagindo muito nesse meio ambiente?

MARIA MILTA LIMA: Sim, isso tá.

KETE COSTA: A senhora acha que essa intervenção é benéfica?

MARIA MILTA LIMA: Não, é maléfica.

KETE COSTA: Por que dona Milta?

MARIA MILTA LIMA: Porque vai acabando aquela tradição, entendeu? Vai acabando aquela tradição, então pra mim o meu ponto de vista não é benéfico.

KETE COSTA: Nos últimos anos, você percebeu alguma mudança na paisagem ou no meio ambiente da Ilha da fortaleza? Quais foram as mudanças?

MARIA MILTA LIMA: Foi tipo que ficou é, tipo assim, que fizeram os ranchos um pertinho do outro, teve essa mudança e muito. Aí a areia, que era só o mudunru de areia e lixo, hoje a maré já vem bem próximo, vão tirando, vão tirando e quando pensa que não, eu penso dessa forma. Não sei se vou chegar ainda a ver, mas eu creio que quando tem coisa que ainda tão fazendo a maré ainda vai chegar lá beira da terra firme.

KETE COSTA: Tem área de praia e terra firme por detrás dos ranchos?

MARIA MILTA LIMA: Sim, porque lá na dona Selma, essas águas, porque temos essas águas de setembro que vai lá na escada do nosso que a gente faz tipo a barragem, mas como lá na frente as pessoas puxam muito aí ela vem por lá e chega até nas casas da gente, a gente às vezes num tá nas águas que enchem é setembro, outubro e março.

KETE COSTA: Nesse caso esses ranchos favoreceram com que a água entrasse um pouco mais do que era comum?

MARIA MILTA LIMA: Ela não vinha, tipo assim, ela não passava daonde é os ranchos de forma alguma, porque não tinha ali não tinha rancho, ali só era passagem, era mangueiro, tinteira, tinha mangal que tirava os caranguejos, a gente pegava os caranguejos. Aí foram tirando, mas porque as pessoas iam tirando os paus para curral para estalar rede, aí foi abrindo brecha pra chegar até onde tá. Hoje eles já não encontram, até porque já não pode mais tirar né os paus, aí vai buscar em outro lugar ou comprar pra fazer aqueles ranchos, algumas pessoas ainda conseguem tirar esses paus no mangal e fazer os ranchos, outros não, tem que comprar serrado pra fazer, mas lá era muito pau.

KETE COSTA: Em sua opinião, quais atividades humanas mais impactam o ambiente da Ilha da Fortaleza?

MARIA MILTA LIMA: Descarte de lixo, porque nem todo mundo vai. Só chegam e jogam o mar já trás, o mar já trás, e mais as pessoas já jogam lá como se fosse, principalmente é as pessoas, tem uns de fora usam e jogam lá, tipo assim eu quando eu vou, nós vamos que a gente junta, eu não gosto de trazer, tipo porque vai incomodar tá lá no rancho. Aí, o que eu faço: eu separo as latas pro Zé Carlos [filho] trazer, os vidros eu separo, inclusive eu tenho uma casca de geladeira que eu separo tudinho o vidro que é pra mim trazer, carregar né, então eu acho ali essa situação.

KETE COSTA: Você acredita que a construção de ranchos e outras estruturas da Ilha tem contribuído para a modificação da paisagem e do meio ambiente? De que forma?

MARIA MILTA LIMA: Eu acho que foi da forma, tipo assim, fazerem os ranchos e agora esse negócio de fossa, que na época a gente não usava assim era diferente, e hoje pra mim assim o meio ambiente ele ficou mais civilizado, mas pra mim é esse ponto de fazerem essas fossas para fazerem os ranchos.

KETE COSTA: Que tipo de medida você acha que seria importante para a preservação da Ilha da fortaleza e garantir que as futuras geração possam utilizá-la e desfrutar dela? Exemplo: mais fiscalização, educação ambiental, para os visitantes e moradores, criação de uma Unidade de Conservação, incentivo ao turismo sustentável ou outras?

MARIA MILTA LIMA: Olha, é incentivar as pessoas a preservar lá, incentivo ao turismo sustentável.

KETE COSTA: Você acredita que a população de São João de Pirabas reconhece essa importância da Ilha da fortaleza como um patrimônio natural e ambiental? De que forma isso poderia ser mais valorizado?

MARIA MILTA LIMA: Na minha opinião não, não acho que eles têm como um patrimônio não, não.

KETE COSTA: Por quê?

MARIA MILTA LIMA: Porque como eu tô te falando, eles abusam de tudo lá, não valorizam não, deveria ter uma fiscalização mesmo bem severa pra mudar, ter uma mudança pra essas novas gerações vir chegar e ver algo ainda, por que a tendência é piorar.

KETE COSTA: Hoje em dia lá na praia do Areião, que fica por trás da praia da Fortaleza, da Ponta do Castelo, ainda tem muitos moradores ainda lá?

MARIA MILTA LIMA: Tem.

KETE COSTA: Esses moradores eles ainda cultivam negócio de maniva?

MARIA MILTA LIMA: Não, não, não, só da pesca mesmo.

KETE COSTA: Antigamente, a senhora se lembra se lá tinham plantações?

MARIA MILTA LIMA: Tinha, a minha mãe tinha roçado, a gente trabalhava, nós com o papai no negócio de pesca, e ela na roça.

KETE COSTA: Além da senhora, os outros moradores trabalhavam também na roça?

MARIA MILTA LIMA: Sim, eram os meus tios que já faleceram, todos os meus tios também moraram lá, irmãos da minha mãe. Nesse período que nós tínhamos terreno, nós tínhamos o rancho assim no mato, era o seu Zitoca, o seu Boé, que não sei se ainda é vivo, que mora lá no cantinho da ponta do garfo, que chamam, eu acho que ele ainda mora lá, então ele tinha roça lá, era o seu Satulino, o seu Catarino, a mamãe e parece que eram umas três famílias e o seu Palhano, eram poucos, eram os antigos a gente os conheceu a gente tudo menininho.

KETE COSTA: Todos moravam na Ilha e depois de adultos vieram morar aqui pra cidade, não é? Em busca de melhoria, estudo?

MARIA MILTA LIMA: Foi, eu se não fosse eu ter saído eu não tinha. Porque a gente lá tinha uma professora que ensinava a gente, aí quando eu saí de lá já saí na segunda série, nesse ano era a segunda série, eu tinha nove anos era a segunda série que, como diz o Antônio [espos], hoje é o primeiro ano que não sabe de nada, né, e aí eu vim embora, fui pra Belém, depois voltei, e tive meus filhos e depois voltei e me alojei de volta lá, no meu lugar, mas como eu tô te falando, o meu lugar mesmo, a vontade é ir pra lá, se o meu marido me acompanhasse eu largava tudo e ia me embora pra lá.

KETE COSTA: Quantos moradores havia quando a senhora era criança?

MARIA MILTA LIMA: Olha, que eu me lembre, eu me lembro vagamente assim, eram o seu Raimundão, assim na praia que a gente morava, o seu Palhano e o Zitoca, já era aqui em cima onde é o restaurante, naquele perímetro ali, o Catarino, lá na praia era o seu Raimundão, a mamãe, o meu tio Zula, meu tio Manel, o meu padrinho Zezinho, que era filho da dona Antônia, que já faleceu, o Matico, que chamavam, e, deixa eu ver aqui mais ou menos, seria umas dez família mais ou menos, que eu lembro do período que a gente morava lá. Hoje já tem gente que mora, mas eu não conheço, alguns que eram daqui que nem o seu Leo tem rancho lá, não sei mais quem tem rancho lá.

KETE COSTA: Que só usam para fins turísticos?

MARIA MILTA LIMA: Sim, mas tem gente que mora mesmo lá.

KETE COSTA: Mas dos antigos não?

MARIA MILTA LIMA: Dos antigos não. Já é outra geração, não tem nem como.

KETE COSTA: A senhora tem conhecimento se eles trabalham ainda com lavoura?

MARIA MILTA LIMA: Eu não sei, o meu irmão me falou que ali pro Taperebá, que sai do Areião, vindo pelo furo, eu tô falando furo que a gente fala, que diz que aqui pro Caratateua é outro local que fica de frente com a Ilha. Aí a gente vinha buscar água lá, diz que tem roçado lá, segundo ele diz que quer ir embora, mas a mulher dele não quer ir, que ele quer ir pra lá, que ele pesca, ele é pescador de tá todo dia na maré, a gente briga que só com ele, mas ele vai sozinho pescar. Ele sozinho na canoa dele, ele põe a rede dele e fica lá, vem e passa, tem vez que ele passa de dois dias sem aparecer, mamãe fica preocupada, ele encosta pelos cantos e lá ele dorme. Ele nunca deixou de pescar, o outro deixou. Só às vezes, quando o Isaac convida, que ele vai pro rancho que é só um instantinho assim. Ele não, o Zeca sempre foi, a gente chama nêgo pra ele, que é bem moreninho e so veve na maré, ele gosta. É o único da minha família que vive frequente, é ele.

KETE COSTA: Ele conhece tudinho esse perímetro e conhece todas as pessoas de lá?

MARIA MILTA LIMA: Conhece tudinho, as novas pessoas conhece. Ele disse que tavam é trabalhando nesse, em roça lá, mas não tenho bem certeza, tendeu, diz que tavam.

KETE COSTA: Aquela área de lá é isolada do areião e da praia da Fortaleza, né?

MARIA MILTA LIMA: Eu acho que continua do mesmo jeito. É que nem lá na Fortaleza tem moradores direto né, agora que nem a Elita mora direto, a dona Selma é frequente, a Rosa que tem uma taberninha, que vend, é direto. O resto tudo é, o Seu Bené que também morava, mas já veio embora que tá doente, vendeu o rancho, é só mesmo.

KETE COSTA: Essas pessoas que moram hoje na Ilha elas não, tipo assim são pessoas que são aposentadas, é isso?

MARIA MILTA LIMA: Sim, sim,

KETE COSTA: Não se sustentam nem da pesca e nem da agricultura?

MARIA MILTA LIMA: Não, não, se sustenta da aposentadoria. Da pesca quem vive é só o pessoal da Rosa, que se sustenta pela pesca mesmo, vive da pescaria lá, tipo tem um botequinho dela, mas os filhos tem as redes de colocar, que eles chamam as rabiolas, pegam peixe direto lá.

ENTREVISTA RAIMUNDA SANTOS FONSECA, 08 DE AGOSTO DE 2025

83 anos., doméstica. Nunca morou na Ilha da Fortaleza, mas morou na Ilha da Croa Nova, localizada na frente desta. Frequenta a Ilha da Fortaleza com a finalidade de lazer.

KETE COSTA: Nesse caso, lá na Ilha, a senhora frequenta?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Sim, às vezes a gente vai por lá, né? Passa o dia, assim. Mas eu sempre, eu sempre, eu falo por mim, né? Eu sempre gostei, assim, de praia, assim. Na verdade, tudo eu gosto. Onde eu vou me divertir.

KETE COSTA: A senhora Sempre vai por lá? Mais frequentemente a senhora passou aí, tem o quê? Cinco anos, uns dez anos?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Que eu fui por lá? Assim, visitar por lazer, faz um ano que a gente foi por lá.

KETE COSTA: Mas sempre, num decorrer da sua vida, a senhora sempre vai por lá?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, sempre os meninos me levam pra lá e eu vou, né? A gente vai lá se divertir, tomar um banho.

KETE COSTA: Qual a sua principal motivação de estar na Ilha? Assim, quando a senhora vai pra lá, a senhora vai por finalidade de lazer? Pescaria? Qual a sua percepção com relação à Ilha da Fortaleza? Porque, assim, a Ilha da Fortaleza, ela é muito rica em questão de natureza, pescado, questão agora dos ranchos, né? A galera vai pra fazer o turismo e tem a questão da festividade do Rei Sabá. A senhora frequenta lá a festividade do Rei Sabá?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Não, antigamente eu frequentava. Agora, nunca mais assim eu fui. Mas eu... Sempre a gente vai por lá, né? Sempre vai dar uma volta por lá. Com os meninos, com os meninos do Danilo [neto], às vezes eles me levam. Até a gente tá com uma viagem pra ir pra lá, isso aqui, pra dormir. Eu digo, não, pra dormir eu não quero. Quero ir de tarde, quero ir de manhã.

KETE COSTA: Nessa concepção da Ilha, o que ela representa pra senhora?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Ah, representa... Como é que se diz? Uma diversão, né? Eu gosto muito de lá, eu gosto da praia. Principalmente porque eu já morei lá do outro lado.

Eu gosto da praia.

KETE COSTA: De agora que a senhora frequenta e no tempo que o seu marido morava na Crua Nova, mudou muito?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, muda porque agora, no tempo que eu morava, era trabalho. É, né? Agora não, agora eu vou pra uma diversão, né? No tempo dele, não. No tempo dele eu tinha que trabalhar, pescar ‘corral’, sair na lancha, vir pra cá, voltar. Quando não tinha, eu vinha de noite pra cá com ele, voltava e a vida era assim.

KETE COSTA: Não tinha tempo pro lazer, né?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, não tinha tempo. Agora, hoje em dia, não. Eu vou pro meu lazer, né? Que eu gosto de me divertir, eu gosto de andar porque eu sempre falo com meus filhos. [Pra] Falar a verdade, é preciso. A minha mocidade... Minha infância, a mocidade nunca... Nunca tive um lazer, nunca tive. A minha vida foi trabalhar, minha filha. Eu sei.

Porque eu não tinha lazer. Tive uma mãe, mas ela me deu pro meu avô, meu avô começou a me criar. Com a minha idade de sete anos, eu fui pra Belém e pra lá eu estudei um pouco. Aí, trabalhava porque a minha tia não tinha como me sustentar.

Sim. Aí sempre a minha vida foi assim. Eu acho que... Eu falo com os meninos que é por isso que eu gosto de andar, eu não gosto de mandar ninguém fazer nada. Enquanto eu puder fazer, eu faço. E a minha vida é assim. Então, hoje em dia, não.

Hoje em dia, eu me sinto feliz, a minha vida é liberta porque quando os meninos me convidam, eu vou. Eu gosto de me divertir, eu vou, eu venho. Quando dá hora que eu quero vir embora, eu me tranco. E eu gosto desse lazer.

KETE COSTA: Quando a Senhora vai pra Ilha, a Senhora vai só pra pegar o sol, a Senhora vai pegar um siris, ou vai só pra ficar lá no rancho?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, porque também, nesse tempo, a gente pegava, tirava tudo, tirava aquele mexilhão. Até depois que eu vim pra cá pra Pirabas, a gente fazia. Fazia, né? É, e depois, meu sogro que não gostava, sabe? Eu ia lá pra aquela... Antes de chegar lá na Fortaleza, que era ali... Esqueci agora.

Tinha lá uns moradores lá que eram... Dos alemãos?

KETE COSTA: Do alemão?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA

Não. É um... Eu esqueci agora como era o nome de lá. Então, a gente sempre ia pra lá, pegava caranguejo, pegava siri. Eu sempre me metia nessas coisas. Era farto, nesse tempo, ir pra lá, né? Era e eu gostava. Não tinha precisão, mas eu gostava pra mim fazer. É. Influência. Eu gostava muito. As minhas filhas também. Quando já... As que estavam maiores, meninos, a gente ia, gostava de ir lá pra praia. E até hoje em dia eu gosto. Só não gosto assim pra mim ficar. Minhas colegas, a menina da li, a Elita, a dona Luiza, sempre elas me convidam pra ir pra ficar uma semana lá com eles. Não, eu não vou, por que eu tenho minha casa. Meus filhos aqui também, que precisam fazer alguma coisa. A Elita que foi e ficou.

KETE COSTA: Ela tá morando lá agora mesmo, né?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, sempre ela me convida. Olha, tem tempo que me convida pra ir lá pra praia. Ela diz vambora. Eu digo, tá, um dia eu vou pra lá contigo. Mas é assim, eu gosto de ir lá. É uma coisa que todo mundo vai pra lá, sempre eu falo. Porque aqui não tem uma praia, né? O povo vai tudo pra lá. E é uma diversão muito bonita. Eu gosto dessa diversão.

KETE COSTA: A senhora olha assim para a Ilha, a senhora vê a Ilha como um patrimônio do município?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Eu vejo. É. Eu vejo, porque muita gente vai pra lá, gosta, se diverte lá. E eu acho muito bonito. A gente vai só passar assim o dia. Mas eu gosto de ir lá, a gente anda, vai lá pra pedra. E os meninos se cansam e se sentam. Eu digo vocês não prestam mesmo.

KETE COSTA: A praia é bem extensa, né? Tem lá a ponta do Rei Sabá.

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É. Eu gostava muito, a gente também ia muito lá na pedra do Rei Sabá. Sempre, às vezes, quando tinha esse negócio dali, os pessoal ia e gostava que os negócios que se atuavam lá. Tudo isso. O meu marido, a gente ia muito pra lá.

KETE COSTA: A senhora ia prestigiar os eventos?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Eu ia porque levava os meninos, os meninos tomavam banho numa maré. Aí as médicas daqui do hospital, eles tinham uma lancha. Aí elas falavam [pra] gente ir pra lá, a gente ia, levava os meninos.

KETE COSTA: A senhora tem recordação do tempo que... Acho que era o Lourenço que cuidava de lá, né? Que o pessoal ia daqui, que tinha plantação pra lá?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Não, só não lembro desse tempo não, né? De quê? Plantação, assim, que tinha os pessoal daqui de Pirabas. Tem pessoas que dizem que há tempos atrás tinham pessoas que iam daqui e que tinham plantação lá pras banda do Areião, pro rumo de lá.

KETE COSTA: A senhora não tem recordação não né?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, só lembro da festividade do Rei Sabá, porque a gente ia sempre pra lá. Andava por lá, mas eu nunca fui assim pra parte de trás da Ilha, não.

KETE COSTA: Essa parte aí eu acho que já é mais que uma questão de família, né?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Era porque pra lá tinha as famílias também. Que nem tem hoje, mas... Mais distante. Mais daquela, tipo, aquela mata que tem pra lá, tem umas casas pra lá, eu acho. Mas eu nunca fui pra lá, né? Mais aqui nessa parte da frente, que fica de frente com a Croa nova, né?

KETE COSTA: Eu também nunca fui pro rumo de lá. Eu já sei por que, como estou fazendo esse trabalho, muitas pessoas falam “ah, não sei o quê, lá pro Banda do Areião tinha plantações, não sei o que mais”.

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Mas eles plantavam, porque quando eu morava na Croa nova, eu tinha minhas plantações também. Eu criava galinha, eu criava pato, tudo eu fazia. Era. A gente... Sempre eu me lembro, às vezes, essas melancia aí, aí eu pegava, me tinha que... Um ano eu dava aquelas melancia enormes em cima daquela areia, assim. Então tudo isso eu me lembro que a gente plantava pra comer. Era bom pra dar melancia na verdade tudo que a gente quisesse plantar lá, tudo tinha. Aí eu gostava, porque a gente morava mesmo lá, só vinha pra cá mesmo pra trazer as coisas. Minha sogra que não gostava, vinha e ia embora. Mas assim mesmo eu morei dois anos.

KETE COSTA: Ainda morou mais de dois anos pra lá. Ficou, né?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: E só vinha aqui de passagem. Aí eu já fiquei, porque eu engravidei da minha primeira filha. E minha sogra não gostava que eu ficasse pra lá, e já vinha embora com ela pra cá. Era mais difícil, né? Porque só depende da maré pra quem, né? Depende da maré. Minha filha de repente dá uma dor aí. Ela não gostava que a gente fosse pra lá. Eu

tinha que acompanhar. E mesmo pra trabalhar também, porque... A vida dele [marido] era um negócio de que ele comprava os peixes, ele pescava, tinha curral. A vida da gente é assim.

KETE COSTA: Uma outra pergunta que eu tenho que fazer pra senhora é o que você considera como patrimônio ambiental? Porque o patrimônio ambiental, ele envolve a questão da floresta, ele envolve várias coisas e agora tem a questão das construções dos ranchos, tem a questão da pedra, onde tem a festividade, né? Então, essa é a interação do homem com a Ilha em si, que ele chama de patrimônio ambiental.

Então, quando eu faço essa pergunta, o que você, a senhora, considera patrimônio ambiental, ela está voltada nesse sentido, assim, da Ilha ali, da Fortaleza em si. Na sua vivência, como quando... Antes, quando a senhora morava pra praia, e aí hoje, quando a senhora mora na cidade, nas suas idas e vindas pra lá.

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Mas pra mim não mudou nada, né? Pra mim, tudo é igual, de tudo eu gosto. Então, pra mim, é uma coisa que... Eu acho muito bonito lá, e que tenha, que é cada vez mais... Ela vai, como é que se diz? Crescendo mais.

KETE COSTA: A senhora vê naquilo ali um, como diz assim... Dá um valor para futuras gerações?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É assim, porque eu não moro lá, mas tem pessoas que moram, e eu sei que... É uma vida boa, assim, pra quem gosta de morar lá. E pra mim, em todo canto, se, por exemplo, não tivesse uma casa que eu pudesse morar lá, eu moraria ali, lá.

KETE COSTA: Seria bom pra senhora viver ali no ambiente, né? É verdade. Aí, assim, na sua opinião, o poder público tem mobilizado ações para preservação ambiental? As ações públicas existentes para a conservação da Ilha da Fortaleza são eficazes? Nesse caso, agora, nesse período que a senhora tem frequentado mais, a questão de lazer tem, assim, a questão da preservação, da população chegar lá, consumir bebidas, assim... Coisas descartáveis, depois tem esse cuidado de limpar? Ou então a prefeitura faz medidas com...

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, porque a prefeitura limpa lá. Limpa, né? Tem esse cuidado de zelar. Eles têm o cuidado, eles fazem lá essas festas. Até meu filho tem vez que ele trabalha esse negócio aí da caçamba. De vez em quando ele vai pra lá pra ajudar a limpar. E eu acho que é uma coisa muito boa. Mesmo que suja, mas limpar pra preservar a casa, os ranchos, as coisas, porque eu penso assim, tudo limpo, minha filha, é bonito, né? Mas se a gente mora num campo, não limpa, não é uma coisa boa, né? Então eu acho que seja os que moram lá, eles

limpam, é uma coisa... E o rancho agora tem até banheiro dentro da casa, então isso é, né? Contribui pra preservação, né? Do tempo que eu morei lá pra hoje, é muito mais mudado, é muito melhor. A gente já não se preocupa com essas coisas. Já tem mais um pouco de... Como diziam, já de estar lá pelo meio do mato, pelo meio do mangal, não. Hoje em dia, o que eles têm lá já é uma coisa bem ajeitada mesmo, que eles têm o banheirinho dele, tem poço, tem tudo lá. Tudo bem organizadinho, né? Tudo bem organizado. Os lixos não ficam, assim, na praia nem... Tem vidros na praia, né? Eles limpam tudo lá.

KETE COSTA: A senhora tem algum conhecimento de alguma lei ou regra de iniciativa da prefeitura ou tem outros órgãos pra proteger o meio ambiente da Fortaleza?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Na verdade, não, né? Não, né? Só essa medida que eles fazem durante o festival, né? Essa medida, sim. Porque eles também sempre vão pra lá, né? Sempre vão, vai cantor, vai tudo pra lá. Tem esse aparato da prefeitura. Tem esse pedaço que eles ajudam lá.

KETE COSTA: Quais as ações que a senhora considera importantes pra preservação dos recursos naturais da Ilha?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Ah, que eles tratem bem. Que quando o povo for pra lá, eles acolham. E... Que sejam bem-vindos pra lá e eles também... Pra, como é que se diz? Acolher as pessoas com amor, né? Porque quando a gente vai pra um espaço que não tem quem, é, deixa pra lá. E isso é o importante.

KETE COSTA: Na sua visão, é importante que haja políticas de conservação desse espaço? Além do que eles já fazem, a senhora acha que deveria ter mais alguma medida pra preservar ainda mais lá o ambiente?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Eu acho.

KETE COSTA: Na sua opinião, o que tá faltando?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: O que tá faltando é eles olharem mais por lá, porque, é como eu digo, aqui não tem uma praia, então o povo, quando vem daí de fora, vão pra lá. Então eu acho que isso seja importante, né? Ter mais uma, um pouco de... Assim, trabalhar, de acolher, de... Essas coisas.

KETE COSTA: Nos últimos anos, você percebeu alguma mudança na paisagem ou no meio ambiente da Ilha da Fortaleza? Quais?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, porque hoje em dia eles têm... Energia. Quando vai pra lá, eles... Quando não tem, eles levam alguma coisa e... Pelo menos os ranchos, as casas, são bem construídas lá.

KETE COSTA: É. Agora, desses tempos que a senhora tá indo pra lá, do tempo que a senhora morava, continua a mesma quantidade de rancho, cresceu?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Não, lá na Fortaleza tem mais rancho. Tem mais rancho, né? É, mais gente nessa outra praia aqui, onde eu morei, porque eu morei nessa parte daqui. Só que agora, essa Croa Nova, ela tá mais pra cá. Aí, quando eles não levam água daqui, eles vão buscar lá na casa de um conhecido meu, que mora aqui em Pirabas, mas ele tem rancho lá. Eles vão através de cano, vão buscar água pra lá, porque o poço de lá tem poço pra tirar água pra tomar banho, tem se quiser pra tomar, tem tudo limpinho, tudo organizado.

KETE COSTA: Naquele tempo atrás não tinha, não, né?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Não. Em outro tempo não tinha, a gente cavava aqueles buracos, tirava aquela água de lá. Aí, de manhã amanhecer, cheio de sapo lá dentro, tinha aquele impacto. Era um sacrifício na vida. Hoje em dia, não, tá muito mais, como que se diz, avantajado, né?

KETE COSTA: É mesmo. Diferente naquele tempo, tinha um rancho, mas tudo acho que tinham buscado aqui de outra Ilha, ou então daqui da cidade mesmo, não é isso?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, naquele tempo não. É por isso que hoje em dia, se a gente chega aqui, vão tudo pra lá, porque hoje em dia já tem mais uma possibilidade, eles bebem, eles levam ação, eles dançam, eles se divertem. Tá mais moderno, né, podemos dizer assim. É, tá mais moderno, muito mais moderno, eu acho que tá muito melhor.

KETE COSTA: Assim, olhando de uma maneira crítica, na sua opinião quais atividades humanas mais impactam o meio ambiente da Ilha da Fortaleza? Aí tem algumas opções aqui, construção de ranchos, pesca, atividades turísticas, descarte de lixo, outras. A senhora acha que algumas dessas prejudicam a Ilha ou não?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Não, porque eu acho que não, né? Só se tiver alguém que também já faz... Porque hoje em dia é assim, tem gente... Olha, quem mora pra lá já tem o

cuidado... Tem por lá, eles fazem comida, eles vendem, então o povo já vai pra ali, já tem mais de suporte, né? É, eles já vão na sexta pra ali. Eu acho que é assim. Porque também não passo o tempo todo lá pra viver, né?

KETE COSTA: No pouco tempo que a senhora vai na visita, a senhora não percebe essa situação?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: A gente quando vai pra um rancho, a gente fica lá e vai lá pra beira da maré, a gente anda, mas também não em todo rancho que tem lá, né? Mas pelo menos tem isso, tem lugar pra dormir, tem lugar pra comer, tem lugar pra tudo.

KETE COSTA: Ao andar pela Ilha, a senhora observa se todos os moradores de lá tem o mesmo cuidado?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Eu acho que tem.

KETE COSTA: De preservar, de recolher o lixo?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, eu acho que tem. Os que moram lá, eles percebem muito bem o ambiente deles lá, o negócio de rancho, as coisas. Por onde eu já andei, é tudo limpinho, é tudo bem organizado lá.

KETE COSTA: A senhora acredita que a construção de ranchos e outras estruturas na Ilha tem contribuído para a modificação da paisagem e do meio ambiente? Quando a gente faz essa pergunta aí, a senhora pode analisar assim, olha, no tempo que a senhora morou, há um tempo, tinha mais rancho, tinha menos? Tinha mais moradores ou não tinha?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, pelo menos agora tá mais avantajado, né? Tem as coisas que a gente, é como eu tô dizendo, que a gente já não se preocupa, quer ir pra lá, quer passar a noite, quer passar a semana, já é uma coisa mais organizada.

KETE COSTA: No tempo que a senhora morava pra lá perto, a senhora se lembra mais ou menos se tinha a quantidade de rancho que tem agora?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Não, não tinha não, tinha um pra cá, outro lá, não sei por onde. E na Fortaleza, sabe o que era que tinha? Só uma casa, que era justamente onde deixava o santo. Hoje em dia não, tá cheio de rancho. E os meninos ainda não foram em todos lá, porque a gente vai ficar lá só no Zeca, mas lá pra frente, o ex-prefeito daqui, que era o Claudio, ele tem um rancho lá, de vez em quando eles vão pra lá, eu nunca fui antes dele. Mas os meninos dizem

que de vez em quando, os meninos que vão, às vezes eles passam a noite pra lá, aí quando tem esse negócio de que vai cantor pra lá, tudo isso tem lá. Aí sempre me convidam, digo, ah, um dia eu vou.

KETE COSTA: Naquele tempo que a senhora morava pra lá não tinha isso? Só os moradores mesmo que convidam?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, só mesmo, tinha um sonzinho lá onde a gente morava no rancho, era bem pouco rancho. É contado nos dedos dos moradores. É, contando nos dedos mesmo, porque tinham quatro ranchos só quando a gente morava lá [Na Croa Nova]. Aí a Fortaleza, o que tinha mesmo era essa casa lá de onde tinha uns donos lá, acho que já morreram. Aí tem outros lá, então é pra lá que o Santo vai, né, o São Pedro que eles deixam. Aí agora, por isso que eles nem estão mais deixando lá, já é na casa não sei de quem pra lá que eles deixam. É, mais pra lá.

KETE COSTA: Lá que tem a coisa de São Pedro que ficava aqui, onde é a casa que eram dos alemães? É isso mesmo, né?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Ainda conheci eles lá, mas eles eram muito bacanas. Mas agora não acho que eles já deixam, porque eu não acompanhei mais. Todos os anos eu ia, ia deixar, ia buscar. Depois, devido ao meu marido também cair doente, aí já não ia mais. Aí ficava só em casa mesmo.

KETE COSTA: Então, quer dizer que daquele tempo os moradores que tinham lá, hoje já não tem mais nenhum?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Não. Não.

KETE COSTA: Se mudaram ou faleceram?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Não tem, não. Tem só os novatos mesmo daqui que tem o rancho. Já construíram. Naquele tempo, esses que estão lá não tinham nada pra lá. Só ia mesmo pra passear, tomar um banho e tarde vinham do rancho.

KETE COSTA: Não tinha negócio de rancho. Os ranchos que tinham era só de pescaria, né?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, só de pescaria. Só de povo que pescava mesmo.

KETE COSTA: E os que moravam, eram poucos?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Eram poucos.

KETE COSTA: Que tipo de medidas você acha que seriam importantes para preservar a Ilha da Fortaleza e garantir que as futuras gerações também possam utilizá-la e desfrutar dela? Mais fiscalização. Mais educação ambiental para os visitantes e moradores? Criação de uma Unidade de Conservação? Incentivo ao turismo sustentável? Outras?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: É, eu acho assim. Como o povo vai todo mundo pra lá, eles devem ser muito bem recebidos. Eles devem fazer limpeza, viver tudo limpo. Porque isso é que precisa, né? E assim, como é que se diz? Eles agradarem mais as pessoas porque a cada vez mais, o povo chega aqui e já não tem onde. Só vem cá, vem no beiradão, tudo pra Fortaleza. Então, isso precisa. Eles terem mais um pouco, assim, de força pra melhorar a praia, melhorar o rancho. Tem mais alguma coisa pra quando as pessoas quiserem ir pra lá, ter aonde ficar. Nem que seja pra alugar, mas tem.

KETE COSTA: Então, isso é necessário lá?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Sim.

KETE COSTA: Então, nesse caso, incentivo ao turismo sustentável. E a senhora acredita que a população de São João de Pirabas reconhece a importância da Ilha da Fortaleza como patrimônio natural e ambiental? De que forma isso poderia ser mais valorizado?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Eu acho que isso aí depende deles, né? E que eles também, eles que têm como, dão uma ajuda e assim, dão um reforço lá pras pessoas. E de vez em quando irem lá, dão uma sugestão pra as coisas aí ir melhorando melhor. Pra valorizar mais, né? Valorizar isso. Porque quanto mais eles ampliarem as coisas, fizer suas coisas mais direitinho, mais o povo vai gostando e mais quem vai ganhar é eles. Porque se, por exemplo, eu vou pra lá e aí eu tenho uma venda pra mim, eu vou ganhar nisso, né? Então, isso precisa eles também terem essas coisas e fazer uma coisa bacana lá pra quando o povo ir já tem onde ficar.

KETE COSTA: A senhora está sabendo que agora se criou uma reserva extrativista lá, no caso o ICMBio fez de lá uma reserva extrativista?

RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Aí eles que vão fiscalizar o negócio dos ranchos. É porque eu acho que vão, né? Porque um tempo aí, porque o povo às vezes diz ah, fulano tem, mas a praia é de fulano, isso eu não sei, né? Na verdade, eu não sei de quem. Eu acho que o

dono é daqueles que vão e fazem seus ranchos, porque eu acho que a praia é pra todos, né? Porque tem gente que diz, porque lá onde tem curral, um tempo surgiu lá uma filha, um homem pra lá, queria tirar todo mundo de lá, porque não sei o quê, porque lá tinha comprado, mas não, tudo isso é mentira. Porque eu acho que uma praia, assim, a única coisa que tem é porque praia, ela é da marinha, né? Então, só ela é que pode, por exemplo, dizer não faz mais, ou eu não quero mais, só a marinha mesmo. Mas eu acho que pessoas não podem fazer isso.

KETE COSTA: E se eles propuserem tirar os ranchos?

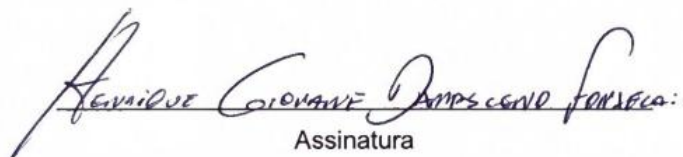
RAIMUNDA SANTOS FONSECA: Pois é, mas eles não podem fazer isso. Já estão lá há mais tempo, né? Já estão lá há mais tempo e eu acho que isso é errado, porque uma coisa que eles fazem isso, olha, o povo vai pra lá, e se não tiver mais rancho lá, eles acabarem com isso, aí o povo não vai mais querer ir pra lá, vai só lá tomar um banho e vai embora, né? Eu acho que é errado isso, eu não sou de acordo com isso. Cada qual faz seu ranchinho, faz suas coisas, é praia, é beira de praia, é uma coisa que está muito bonita, e o povo vai pra lá, se diverte, uns dormem e outros vêm embora, então é uma coisa muito boa. A população está dando mais valor à manutenção, né? É, porque tem gente daqui de Pirabas que fez seu ranchinho pra lá, mora pra lá, olha, que nem a Elita. A Elita gosta de ir lá. Tem a casa dela aqui, mas ela vive mais pra lá agora. Ela está certa, né? Ela gosta de ir lá, é só ela, ela manda na vida dela. É calma, né, pra lá.

KETE COSTA: Então, eram essas as perguntas da entrevista, dona Raimunda. Eu agradeço a sua disponibilidade.

APÊNDICE C – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário(a) do estudo que tem como pesquisadora Kete Costa Corrêa, estudante de graduação do Curso de História da Universidade Federal do Pará, campus de Ananideua. Tenho ciência de que o estudo visa realizar entrevistas e utilizar fotografias, visando a conclusão do curso de Licenciatura em História. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será respondida oralmente (e, neste caso, gravada e transcrita) ou diretamente no papel, podendo também fornecer fotografias que consideradas relevantes para a pesquisa **"PATRIMÔNIO AMBIENTAL: políticas públicas para a conservação e preservação dos recursos naturais na Ilha da Fortaleza em São João de Pirabas"**. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados com a minha prévia autorização. Além disso, sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por essa. Tendo lido, concordo com o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),

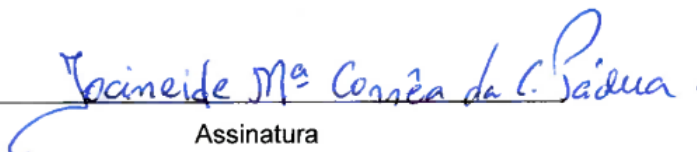


Assinatura

São João de Pirabas, PA, junho de 2025

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário(a) do estudo que tem como pesquisadora Kete Costa Corrêa, estudante de graduação do Curso de História da Universidade Federal do Pará, campus de Ananideua. Tenho ciência de que o estudo visa realizar entrevistas e utilizar fotografias, visando a conclusão do curso de Licenciatura em História. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será respondida oralmente (e, neste caso, gravada e transcrita) ou diretamente no papel, podendo também fornecer fotografias que consideradas relevantes para a pesquisa "**PATRIMÔNIO AMBIENTAL**: políticas públicas para a conservação e preservação dos recursos naturais na Ilha da Fortaleza em São João de Pirabas". Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados com a minha prévia autorização. Além disso, sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por essa. Tendo lido, concordo com o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),

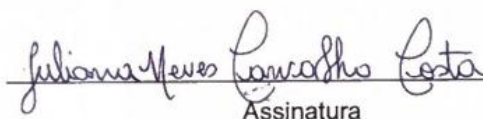


Assinatura

São João de Pirabas, PA, junho de 2025

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário(a) do estudo que tem como pesquisadora Kete Costa Corrêa, estudante de graduação do Curso de História da Universidade Federal do Pará, campus de Ananideua. Tenho ciência de que o estudo visa realizar entrevistas e utilizar fotografias, visando a conclusão do curso de Licenciatura em História. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será respondida oralmente (e, neste caso, gravada e transcrita) ou diretamente no papel, podendo também fornecer fotografias que consideradas relevantes para a pesquisa "**PATRIMÔNIO AMBIENTAL: políticas públicas para a conservação e preservação dos recursos naturais na Ilha da Fortaleza em São João de Pirabas**". Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados com a minha prévia autorização. Além disso, sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por essa. Tendo lido, concordo com o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),


Assinatura

São João de Pirabas, PA, junho de 2025

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário(a) do estudo que tem como pesquisadora Kete Costa Corrêa, estudante de graduação do Curso de História da Universidade Federal do Pará, campus de Ananideua. Tenho ciência de que o estudo visa realizar entrevistas e utilizar fotografias, visando a conclusão do curso de Licenciatura em História. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será respondida oralmente (e, neste caso, gravada e transcrita) ou diretamente no papel, podendo também fornecer fotografias que consideradas relevantes para a pesquisa "**PATRIMÔNIO AMBIENTAL**: políticas públicas para a conservação e preservação dos recursos naturais na Ilha da Fortaleza em São João de Pirabas". Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados com a minha prévia autorização. Além disso, sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por essa. Tendo lido, concordo com o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),



Assinatura

São João de Pirabas, PA, junho de 2025

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário(a) do estudo que tem como pesquisadora Kete Costa Corrêa, estudante de graduação do Curso de História da Universidade Federal do Pará, campus de Ananideua. Tenho ciência de que o estudo visa realizar entrevistas e utilizar fotografias, visando a conclusão do curso de Licenciatura em História. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será respondida oralmente (e, neste caso, gravada e transcrita) ou diretamente no papel, podendo também fornecer fotografias que consideradas relevantes para a pesquisa “**PATRIMÔNIO AMBIENTAL**: políticas públicas para a conservação e preservação dos recursos naturais na Ilha da Fortaleza em São João de Pirabas”. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados com a minha prévia autorização. Além disso, sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por essa. Tendo lido, concordo com o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),

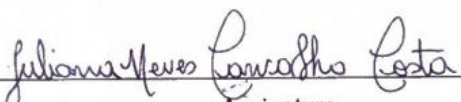
Raimunda Santos Fonseca

Assinatura

São João de Pirabas, PA, junho de 2025

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário(a) do estudo que tem como pesquisadora Kete Costa Corrêa, estudante de graduação do Curso de História da Universidade Federal do Pará, campus de Ananideua. Tenho ciência de que o estudo visa realizar entrevistas e utilizar fotografias, visando a conclusão do curso de Licenciatura em História. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será respondida oralmente (e, neste caso, gravada e transcrita) ou diretamente no papel, podendo também fornecer fotografias que consideradas relevantes para a pesquisa "**PATRIMÔNIO AMBIENTAL:** políticas públicas para a conservação e preservação dos recursos naturais na Ilha da Fortaleza em São João de Pirabas". Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados com a minha prévia autorização. Além disso, sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por essa. Tendo lido, concordo com o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),


Assinatura

São João de Pirabas, PA, junho de 2025